



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU

MILLENA SILVA LIMA

**RENASCER: ANTEPROJETO DE CASA ABRIGO PARA
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MACEIÓ-AL**

PROJETO FINAL

Maceió
Novembro 2024

MILLENA SILVA LIMA

**RENASCER: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CASA
ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
EM MACEIÓ-AL**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus A. C. Simões, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dra. Flávia Maria Guimarães Marroquim.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L732r Lima, Millena Silva.
 Renascer : anteprojeto arquitetônico de uma casa abrigo para mulheres vítimas de
violência doméstica em Maceió-AL / Millena Silva Lima. - 2024.
 61 f. : il. color.

Orientadora: Flávia Maria Guimarães Marroquim.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió,
2024.

Bibliografia: f. 49-50.
Apêndices: f. 51-61.

1. Casa Abrigo Renascer. 2. Violência contra mulheres. 3. Violência doméstica -
Maceió (AL). I. Título

CDU: 728.4(813.5)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo à minha família pelo apoio incondicional de sempre durante toda a minha graduação, ao meu alicerce de sempre, minha mãe, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões, a pessoa que mais amo nesse mundo. Mãe, se hoje eu sou o que sou, é graças a você e ao seu amor.

Também queria expressar toda a gratidão do mundo a minha irmã, apesar de todas as brigas, você é o outro lado do meu coração, minha outra metade completamente diferente de mim, mas mesmo assim tão parecida.

E por último ao meu paizinho, minha maior saudade. Como eu queria que você estivesse aqui e pudesse ver eu me formar no curso que você sempre disse que eu nasci para fazer. Que eu possa te dar orgulho daqui de baixo e que eu possa sentir o seu sorriso daí de cima e que de alguma forma eu continue ouvindo você dando seus pitacos nos meus projetos. Vou te amar para sempre.

Por fim, queria agradecer a todos os meus amigos que sempre estiveram presentes durante a época da faculdade, fazendo todo o processo ser mais leve. Savinho, minha sis, obrigada por tudo, você com certeza é minha alma gêmea nesse mundo. Rony, minha dupla que me acompanhou nos projetos na faculdade. Kleyton, Gabriel, Nágylla e outros colegas de classe. A todos os meus amigos da EJEC, que trouxeram uma outra visão do curso e da universidade, Mari, Duda, Flávio, Ana e tantos outros.

Obrigada também aos professores por todos os ensinamentos, em especial a minha orientadora Flávia por ter sido tão presente e ter feito eu acreditar que conseguiria.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem como foco a elaboração de um anteprojeto arquitetônico para uma Casa Abrigo, com base nas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência (Brasil, 2011). O objetivo principal é fornecer acolhimento a mulheres que se encontram em situações de violência doméstica e vulnerabilidade social. O projeto será implantado no bairro da Levada, em Maceió-AL, e oferecerá suporte psicossocial, jurídico e atividades que visam capacitar as usuárias, promovendo sua autonomia e independência financeira, tanto para elas quanto para seus dependentes. Além do acolhimento temporário, a Casa Abrigo proporcionará um ambiente seguro e acolhedor, afastando as mulheres de situações de violência, e criando condições para sua reabilitação e reintegração social. Para o desenvolvimento do projeto, foram utilizadas diretrizes legais e normativas, além de referências de organizações nacionais e internacionais e de projetos similares, com o intuito de criar uma resposta arquitetônica eficaz para o abrigamento das mulheres vítimas de violência doméstica em Maceió-AL.

Palavras-chave: Casa Abrigo, Mulheres em Situação de Violência, Violência Doméstica.

ABSTRACT

This graduation thesis focuses on the development of a preliminary architectural design for a Shelter House, based on the National Guidelines for the Sheltering of Women in Situations of Risk and Violence (Brasil, 2011). The main objective is to provide shelter to women who find themselves in situations of domestic violence and social vulnerability. The project will be located in the Levada neighborhood, in Maceió, Alagoas, and will offer psychosocial and legal support, as well as activities aimed at empowering the residents, promoting their autonomy and financial independence, both for them and for their dependents. In addition to temporary shelter, the Shelter House will provide a safe and welcoming environment, removing women from violent situations and creating conditions for their rehabilitation and social reintegration. The project development was based on legal and normative guidelines, as well as references from national and international organizations and similar projects, in order to create an effective architectural solution for the sheltering of women victims of domestic violence in Maceió, Alagoas.

Keywords: Shelter House, Women in Situations of Violence, Domestic Violence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Objetivos.....	9
1.1.1. Objetivo Geral	9
1.1.2. Objetivos Específicos.....	9
1.2. Procedimentos Metodológicos	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. O ciclo e as tipificações da violência contra a mulher	11
2.2. A Violência Doméstica Contra a Mulher em Números	13
2.3. A Lei Maria da Penha	19
2.4. Mecanismos de combate à violência doméstica.....	21
2.4.1. Centros de Referência de Apoio	23
3. ANÁLISE DE REPERTÓRIO	25
3.1. Centro de Oportunidades para Mulheres, Ruanda.....	25
3.2. Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande - MS, Brasil.	26
3.3. Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, Tel Aviv-Yafo, Israel.....	28
3.4. Análise dos estudos de Repertório	32
4. PROPOSTA.....	34
4.1. Caracterização do Bairro	34
4.2. Parâmetros Urbanísticos	36
4.3. A Escolha do Terreno	37
4.4. Programa Arquitetônico	38
4.5. Setorização	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A.....	51
APÊNDICE B.....	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O ciclo da violência contra mulher.....	12
Figura 2: Comparativo de denúncias dentre 2011-2023.....	14
Figura 3: Motivos que mulheres não denunciam dentre 2011-2023.....	15
Figura 4: Evolução da Taxa de Homicídios, por Raça/Cor (2011 a 2021)	17
Figura 5: Percentual de violência doméstica dos municípios alagoanos de maior incidência em 2022.	18
Figura 6: Percentual de violência doméstica dos bairros de Maceió com maior incidência em 2022.	19
Figura 7: Taxa de homicídios registrados e estimados de mulheres por 100 mil habitantes (2012 a 2022)	21
Figura 8: Entrada do Centro de Oportunidades Para Mulheres, em Ruanda.	25
Figura 9: Fazenda demonstrativa do Centro de Oportunidades Para Mulheres, em Ruanda.....	26
Figura 10: Fachada Casa da Mulher Brasileira Campo Grande-MS.	27
Figura 11: Vista da fachada.	29
Figura 12: Vista para o jardim interno.....	30
Figura 13: Vista para o jardim interno.....	30
Figura 14: Planta baixa do térreo do edifício.	31
Figura 15: Planta baixa do pavimento superior do edifício.	32
Figura 16: Mapa da localização do bairro da Levada.	35
Figura 17: Recorte do Mapa de Zoneamento Urbano de Maceió.....	36
Figura 18: Localização do terreno e vizinhos.	37
Figura 19: Distância do Projeto à Delegacia da Mulher.....	38
Figura 23: Fluxograma do quadro de necessidades.	40
Figura 24: Setorização do programa de necessidades	41
Figura 25: Planta baixa do setor de serviços.....	42
Figura 26: Planta baixa pátio principal	42
Figura 27: Planta baixa bloco de atividades	43
Figura 28: Planta baixa do refeitório.....	44
Figura 29: Planta baixa da unidade habitacional PCD	45
Figura 30: Planta baixa da unidade habitacional	46

Figura 31: Perspectiva da Casa Abrigo Renascer	46
Figura 32: Planta Baixa Humanizada da Casa Abrigo.....	47

1. INTRODUÇÃO

Com o aumento das estatísticas, muitas mulheres vivem com o receio de sofrer violência doméstica, o que gera um constante sentimento de insegurança e medo, afetando sua qualidade de vida e bem-estar emocional, e a partir desse sentimento seja fundamental que o combate a essa violência seja um compromisso da sociedade e dos órgãos que regem a cidade.

No Brasil, as mulheres correspondem a 51,1% dos habitantes, o que corresponde à um acréscimo de 5 milhões de mulheres sobre o número de homens, segundo o IBGE (2021). Apesar desse número ser expressivo ainda há uma grande dominação masculina na maioria dos âmbitos da sociedade.

Em dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) foi divulgado que, em 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, e a cada 10 minutos, uma sofreu estupro no Brasil. É importante pontuar que os dados de violência por motivações de gênero são mais alarmantes dentre mulheres pretas.

Durante a pandemia, a crescente incidência de violência doméstica evidenciou de forma mais clara um problema enraizado na sociedade, conhecido como violência de gênero institucionalizada (IBGE, 2023). Isso ocorre devido à permanência de uma cultura de repressão a grupos minoritários, desigualdade e patriarcado que se originou nos tempos coloniais (1500-1822) e ainda hoje impede as mulheres de acessar serviços essenciais para enfrentar seus agressores.

Dessa forma, fica claro a necessidade de uma mobilização mais vigorosa para enfrentar e evitar esse tipo de abuso. Ao mesmo tempo, os avanços na luta contra a violência doméstica estão presentes na legislação, como a Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340 de 2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104 de 2015), no Brasil. Essas regras determinam sanções para os agressores e consideram o feminicídio como um crime brutal, o que representa progressos importantes na proteção das mulheres contra a violência (Leite; Pernambuco, 2022).

Na sociedade, a violência em suas diferentes manifestações necessita ser abordada e enfrentada através de políticas públicas, sobretudo no que se refere à violência direcionada às mulheres, uma das mais comuns violações dos direitos humanos. A sociedade do Brasil ainda está em transição para deixar para trás uma

cultura patriarcal que foi imposta ao longo de séculos, na qual os homens detinham o poder social, enquanto as mulheres ocupavam uma posição subordinada hierarquicamente a eles. A inferioridade e a violência contra as mulheres surgem devido à dominação masculina nessa sociedade, manifestando-se de diferentes formas físicas, psicológicas e sociais. Frente a essa situação, é uma realidade atual a batalha das mulheres pela equidade de gênero e pelo progresso sociocultural (Souza; Pereira, 2020).

As medidas de proteção urgentes variam em termos de natureza, podendo ser administrativas, penais e/ou civis. Quanto ao aspecto penal, o artigo 20 da Lei Maria da Penha fala sobre a possibilidade de decretar a prisão preventiva do agressor. Dessa forma, a prisão preventiva, na situação de violência contra a mulher, é utilizada para assegurar o cumprimento das medidas protetivas urgentes estabelecidas na Lei Maria da Penha (Salazar, 2022).

A criação de casas de acolhimento para proteção de mulheres vítimas de violência doméstica é uma medida essencial prevista em leis e programas de proteção e garantia de direitos no Brasil. Surgem da necessidade urgente de oferecer refúgio e assistência às mulheres que sofrem violência, proporcionando-lhes um ambiente seguro onde possam se recuperar física e emocionalmente (Salazar, 2022).

Essas casas têm como objetivo primordial oferecer proteção às mulheres vulneráveis que não têm condições de retornar às suas residências devido ao risco representado pelo agressor. Ao fornecer abrigo temporário, apoio psicológico, orientação jurídica e assistência social, essas instituições desempenham um papel crucial na proteção das vítimas e no encaminhamento para os serviços necessários para reconstruir suas vidas.

A primeira casa de abrigo no Brasil foi estabelecida em 1983, conhecida como Casa Mamãe, em São Paulo, vinculada à Fundação Francisca Franco (Salazar, 2022). Desde então, a criação e expansão dessas casas têm sido uma resposta fundamental para enfrentar o problema persistente da violência doméstica no país.

Refletindo sobre essa iniciativa, é evidente que as casas de acolhimento desempenham um papel crucial na mitigação dos danos causados pela violência de gênero. No entanto, é necessário garantir que essas instituições recebam o apoio necessário em termos de financiamento, capacitação de pessoal e coordenação com outros serviços de proteção e assistência social. Além disso, é fundamental que se

promova uma cultura de respeito aos direitos das mulheres e de rejeição à violência, a fim de prevenir futuros casos.

Viabilizar o acesso a uma rede de suporte e proteção é uma forma de trazer ao cotidiano o tema, e com isso uma reflexão sobre o enfrentamento à causa e as raízes que sustentam e nutrem todo o núcleo que envolvem a violência doméstica.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é desenvolver um anteprojeto arquitetônico de uma casa de acolhimento que atenda de forma eficaz e abrangente às necessidades das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Maceió.

1.1.2. Objetivos Específicos

- i. Caracterizar o ciclo da violência contra mulher e suas tipificações;
- ii. Apresentar dados da violência doméstica contra a mulher no Brasil, em Alagoas e em Maceió;
- iii. Contextualizar as principais legislações relativas à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica;
- iv. Identificar características arquitetônicas para um espaço destinado ao acolhimento de vítimas de violência doméstica e/ou familiar, a partir de edificações com funções idênticas e/ou similares.

1.2. Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo seguiram uma abordagem sistemática e organizada para o desenvolvimento do projeto arquitetônico da casa de acolhimento.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Esta etapa teve como objetivo principal levantar informações e conhecimentos sobre os conceitos fundamentais relacionados à violência doméstica, às necessidades das mulheres vítimas de violência e aos requisitos arquitetônicos e funcionais de casas de acolhimento. Essa pesquisa permitiu a construção de um referencial teórico sólido que embasou todo o desenvolvimento do projeto.

No segundo momento, foi conduzida uma **pesquisa documental e projetual**. Inicialmente, foram identificados e analisados documentos relevantes, como legislações e estudos de caso. Essa etapa proporcionou uma compreensão mais

ampla do contexto legal, das diretrizes e das melhores práticas relacionadas à proteção e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica.

Por fim, com base nas informações obtidas por meio da pesquisa bibliográfica, documental e projetual, foi concebido o **anteprojeto** da casa abrigo. Nessa fase, foram considerados aspectos como a localização do terreno, a acessibilidade, a distribuição dos espaços internos, a segurança, a privacidade e o conforto das mulheres e seus dependentes. O projeto foi elaborado com o intuito de promover um ambiente acolhedor, funcional e seguro que contribua para sua recuperação e bem-estar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo serão abordados os ciclos da violência contra a mulher e suas tipificações, também serão tratados os dados da violência doméstica em números ao longo dos anos e como esses números foram variando de acordo com as legislações.

Também foram abordadas as legislações e políticas públicas criadas para combater a violência doméstica e familiar e, com isso, os espaços públicos que foram concebidos para auxiliar as vítimas e seus dependentes.

2.1. O ciclo e as tipificações da violência contra a mulher

A palavra violência tem como significado no dicionário o ato de violar o outro ou auto violar-se. Seria o uso de força sobre o outro, de diferentes maneiras e comportamentos a fim de causar danos físicos ou psíquicos. A violência contra a mulher seria então qualquer ato no sentido de limitar a vontade dela, sendo pautada primeiramente nas questões de gênero, que cause danos físicos, sociais, mentais e sexual a ela (Brasil, 2006).

Com isso, é importante observar que como o próprio termo diz, a violência doméstica cria suas raízes mais profundas dentro do ambiente doméstico, partindo de grande parte dos seus parceiros afetivos. O ciclo da violência acontece de maneira cíclica, e esse ciclo demonstra o motivo de muitas mulheres permanecerem dentro dessas relações, pois a relação não é sempre danosa à saúde da mulher, é composto por várias fases, momentos tranquilos conhecidos como lua-de-mel que geralmente vem após momentos de explosão (Brasil, 2006).

Nesse contexto também é importante pontuar que muitas vezes há a dependência financeira, além da emocional. Tornando-se muito mais difícil romper esse ciclo sem que a vítima consiga se desvencilhar desse laço sem uma rede de apoio.

Com isso, o agressor se utiliza dessas dependências para fazê-la ficar cada vez mais presa a esse laço. Faz com que a vítima acredite que os episódios de violência sejam casos isolados, ou que esse episódio seja algo natural e que foi desencadeado por algum comportamento dela.

A figura 1 representa de forma ilustrativa como se dá todo o ciclo da violência: acúmulo de tensão, explosão violenta e lua-de-mel.

Figura 1 - O ciclo da violência contra mulher.



Fonte: Santa Catarina, 2019.

Resumindo, acontece um acúmulo de tensão, geralmente nessa fase é onde as brigas são mais frequentes, muitas vezes com reações exageradas, desencadeando medo, controle e autoridade. Logo em seguida acontece a explosão violenta, geralmente seguida de muitos pedidos de desculpas e dá-se início à fase de lua-de-mel, no qual o agressor tenta de redimir após seu ataque de fúria partindo para um comportamento amoroso e tranquilo. Essas fases costumam ser sequenciais, repetindo-se exatamente como na imagem: tensão, explosão e lua-de-mel, sempre com a pretensão da relação voltar a fase prazerosa que faz com que a vítima acredite que esse episódio não acontecerá mais.

De acordo com a Lei nº11.340 (Brasil,2006) mais conhecida como Lei Maria da Penha, cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher podem ser descritos: violência física, moral, patrimonial, psicológica e sexual.

Entende-se que a **violência física** é “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. É o tipo de violência que o agressor se vale da sua força física superior. Geralmente são nesses casos que a vítima consegue denunciar sua situação de risco perante a sociedade, pois realmente é nessa situação que o agressor deixa marcas da sua violência.

A **violência moral** tem como foco a redução da figura da vítima como mulher, feito por humilhações, calúnia e difamações. Muitas vezes as vítimas tem sua intimidade exposta para os outros pelas redes sociais ou grupo de amigos.

A **violência patrimonial** se dá em atos que limitam o acesso aos seus próprios bens e pode ser tipificada como:

(...) qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (Brasil, 2006, Artigo 7º).

A **violência psicológica** é a mais velada das cinco. O foco aqui é em causar danos emocionais à vítima, que impacta no seu desenvolvimento pessoal e no rumo das suas ações. Ela se dá por meio de ameaças, humilhações, constrangimento, manipulação e isolamento da mulher de seus meios de convivência, como ambiente de trabalho, família e amigos. É dessa forma que o agressor consegue fazer com que a vítima não consiga expor o que está passando devido ao seu isolamento.

A **violência sexual** pode ser praticada de diversas maneiras. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência sexual é *“qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção”* (OMS, 2018). É a forma mais cruel de violência depois do feminicídio, porque é a apropriação do corpo da mulher, alguém está se apropriando e violentando o que de mais íntimo lhe pertence. Muitas vezes, a mulher que sofre esse tipo de violência tem vergonha, medo, tem profunda dificuldade de falar, denunciar, pedir ajuda, combinado com isso também a certeza de que será desacreditada e desacreditada pelos órgãos que deveriam a proteger.

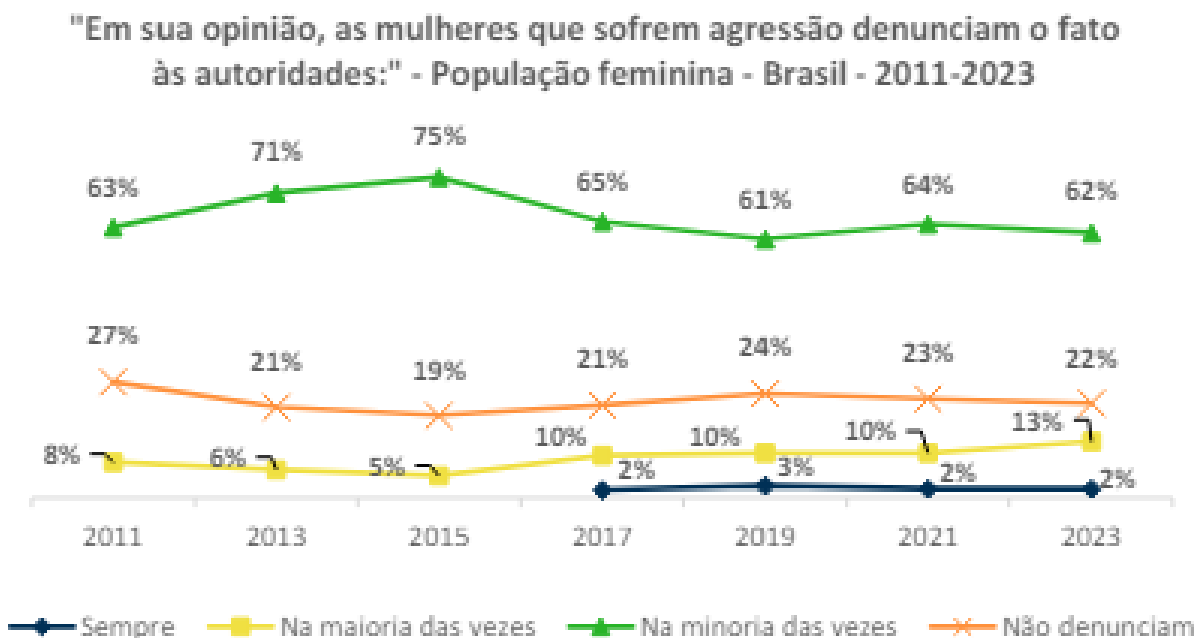
2.2. A Violência Doméstica Contra a Mulher em Números

De acordo com o Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (IPEA, 2023), 30% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres.

Seis em cada dez mulheres que foram vítimas de violência praticada por homens não procuraram autoridades de segurança para registrar o crime (Figura 2). Entre 21,7 mil brasileiras consultadas, 30% afirmam já ter sofrido algum tipo de

violência doméstica ou familiar, e destas, apenas 40% registraram os episódios ao poder público (IPEA, 2023).

Figura 2: Comparativo de denúncias dentre 2011-2023.



Fonte: DataSenado, 2023.

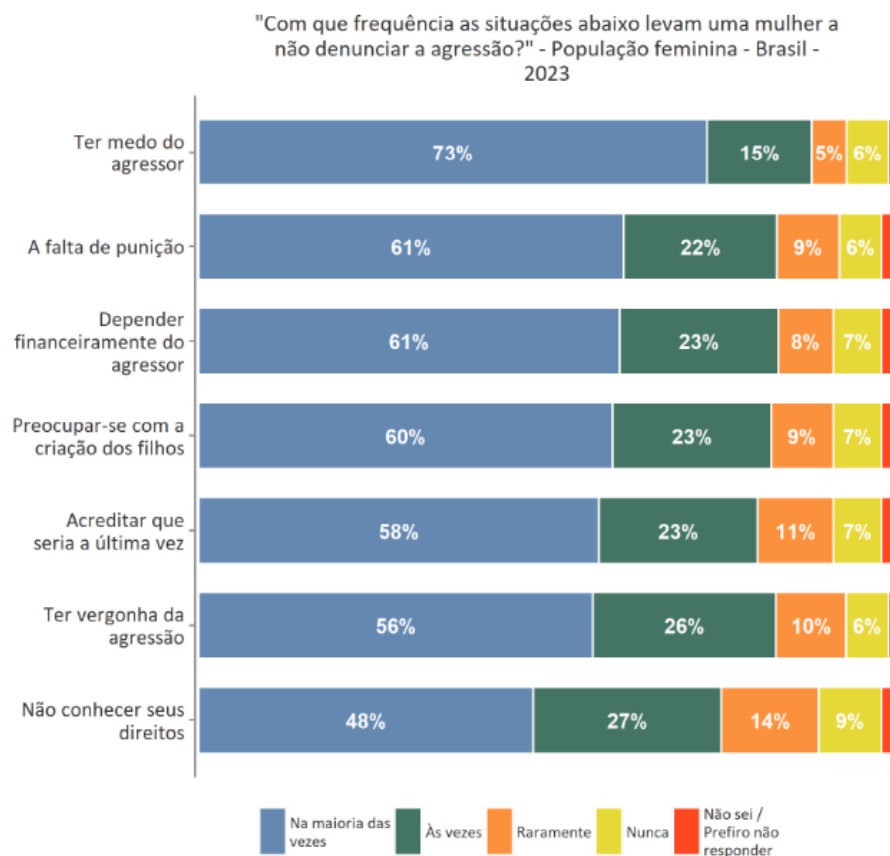
De acordo com os registros de óbitos, 34,5% dos homicídios de mulheres ocorreram em domicílios, totalizando 1.313 vítimas em 2022. Entre as mulheres, o domicílio representa o principal tipo de local de ocorrência do homicídio. Esse percentual se aproxima da proporção de feminicídios identificados pelas polícias brasileiras em relação ao total de homicídios femininos, que em 2022 chegou a 36,6% (IPEA, 2023).

Nesse levantamento é possível ver o cenário sobre a subnotificação dos casos. Dentre as entrevistadas, 29% se reconheceram como vítimas após ouvirem dos entrevistadores explicações sobre os tipos diferentes desse crime, como exemplo violência patrimonial, pouco conhecida entre elas.

Outro ponto também levantado na pesquisa são as razões para a desistência das denúncias (Figura 3). Na opinião de 73% das brasileiras, ter medo do agressor leva uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes. A falta de punição e a dependência financeira são outras situações que, para 61% das brasileiras, levam uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes. Por outro lado, a falta de conhecimento sobre seus direitos é apontada por menos da metade das cidadãs.

Para 48% delas, não conhecer seus direitos leva uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes.

Figura 3: Motivos que mulheres não denunciam dentre 2011-2023.



Fonte: DataSenado, 2023.

Segundo dados apresentados no Atlas da Violência (IPEA, 2023), entende-se que o aumento da violência contra as mulheres nos últimos anos pode ser explicado por algumas hipóteses bastante plausíveis, sendo eles:

1. Houve uma redução significativa do orçamento público federal para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com efeito, o Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc (2023), com base nos dados do portal Siga Brasil, concluiu que a proposta orçamentária do governo Bolsonaro reduziu em 94% o orçamento para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que contemplam várias ações importantes para a prevenção da violência primária, secundária e terciária, como oferta de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, ações de incentivo a políticas de autonomia das mulheres, além

de construção de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento à Mulher, nas regiões de fronteira seca, entre outras.

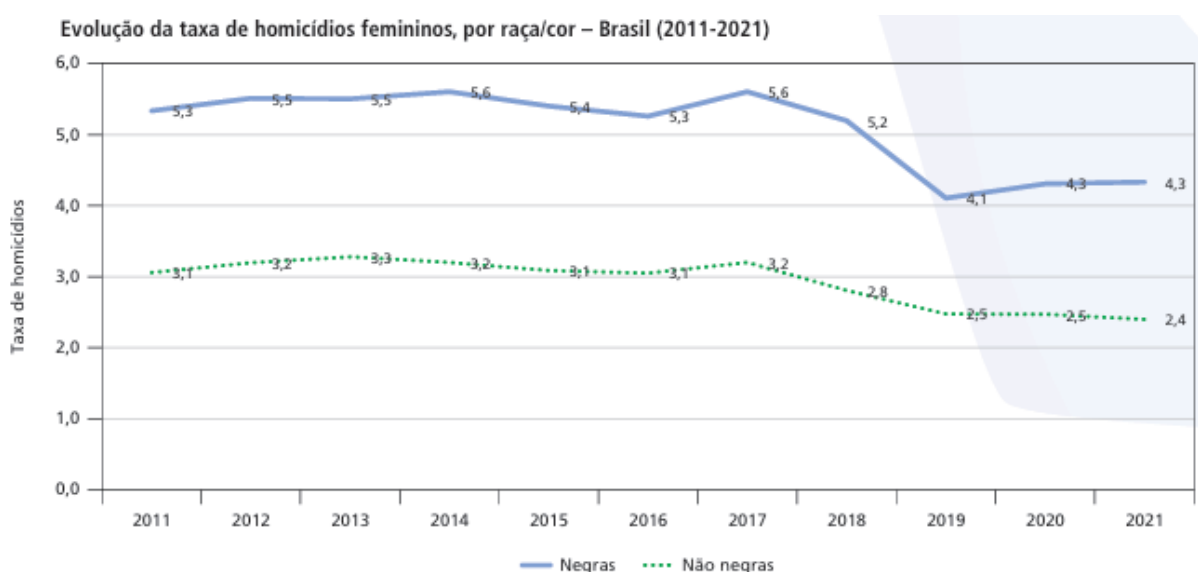
2. O radicalismo político, com o recrudescimento do conservadorismo, que reforça os valores do patriarcado, propalado e incentivado pelo próprio ex-presidente da República, pode ter contribuído para impulsionar os atritos e a violência de gênero contra mulheres na sociedade.
3. A pandemia da covid-19 também pode ter tido um efeito na dinamização da violência contra as mulheres, por meio de cinco canais operativos: a restrição de horário e funcionamento de serviços protetivos, o menor controle social da violência ocasionado pelo isolamento, aumento dos conflitos engendrados pela maior convivência, o aumento das separações de casais, perda econômica relativa das mulheres nas famílias. O isolamento social, ao mesmo tempo em que prejudicou o funcionamento dos serviços de proteção às mulheres, pode ter contribuído para acirrar a violência no lar, não apenas pelos conflitos domésticos, em um cenário de maior convivência entre os cônjuges, mas pelo menor controle social da violência eventualmente perpetrada.

No Brasil, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2023), em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil. Isso representou 67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano e uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil. Entre as mulheres não negras, esta taxa foi de 2,4 por 100 mil, número quase 45% menor. Na comparação das taxas, o risco relativo de sofrer um homicídio é 1,8 vez maior entre as mulheres negras do que entre as não negras. Em alguns estados, o risco de ser vítima de homicídio foi mais que três vezes maior entre mulheres negras do que entre não negras. É o caso do Rio Grande do Norte, onde, em 2021, a taxa de homicídios de mulheres negras foi 4,1 vezes maior do que a de mulheres não negras. Destacam-se também Sergipe e o Ceará, onde o risco relativo de homicídio entre mulheres negras foi 3,6 e 3,2 vezes maior, respectivamente (IPEA, 2023).

Entre 2020 e 2021, enquanto a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu 0,5%, entre as mulheres não negras houve uma redução de 2,8%. As desigualdades raciais, assim, são aprofundadas quando se trata da violência letal contra as mulheres. Olhando para o período de 2011 e 2021 como um todo, é possível

notar uma redução nas taxas de homicídios tanto para mulheres negras quanto para as demais (Figura 4). No entanto, entre as não negras houve uma queda mais acentuada (-21,5%) em comparação com as negras (-18,8%). Nos últimos cinco anos (2016 a 2021), a queda no número de mulheres negras mortas foi de 17,6%, enquanto a de mulheres não negras foi de 21,3%. Portanto, a despeito do cenário geral de retração da queda de homicídios de mulheres, esse movimento foi mais intenso para as mulheres não negras, fazendo aumentar ainda mais a desigualdade racial na letalidade das mulheres em nosso país (IPEA, 2023).

Figura 4: Evolução da Taxa de Homicídios, por Raça/Cor (2011 a 2021)



Fonte: IPEA, 2023.

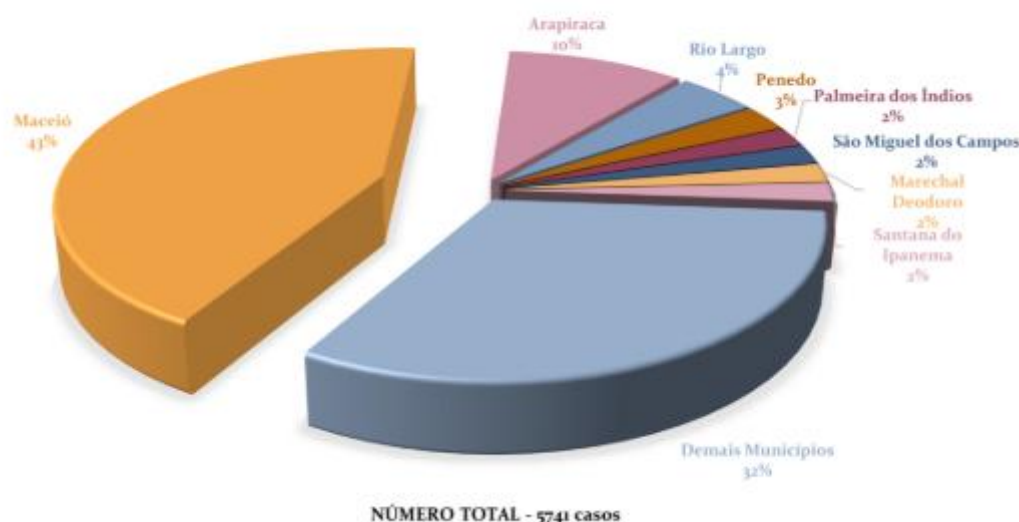
Com a intenção de aproximar o debate à realidade da cidade de Maceió-AL, é preciso analisar como as políticas públicas e ações impactam no estado de Alagoas e em sua capital, local em que será proposto o anteprojeto desse estudo.

De acordo com o Mapa da Violência contra a Mulher em Alagoas (SSP-AL, 2023) (Figura 5), é possível analisar melhor esse panorama dentro dos municípios do estado e nos bairros que tem maior recorrência.

Foram registrados 7.078 casos de violência doméstica em 2022. Foi observado que, dos 102 municípios alagoanos, 101 registraram ocorrências de violência doméstica no ano de 2022, ficando de fora dessa lista apenas o município de Pindoba. O município que mais teve incidência de violência doméstica foi Maceió, com 41% do número total de casos. Arapiraca foi o segundo município com maior incidência em números absolutos com 11% dos casos. Rio Largo, Penedo, São Miguel dos Campos,

União dos Palmares, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Delmiro Gouveia somaram 14% dos casos e os demais municípios somaram 34% (Figura 5) (SSP-AL,2021).

Figura 5: Percentual de violência doméstica dos municípios alagoanos de maior incidência em 2022.

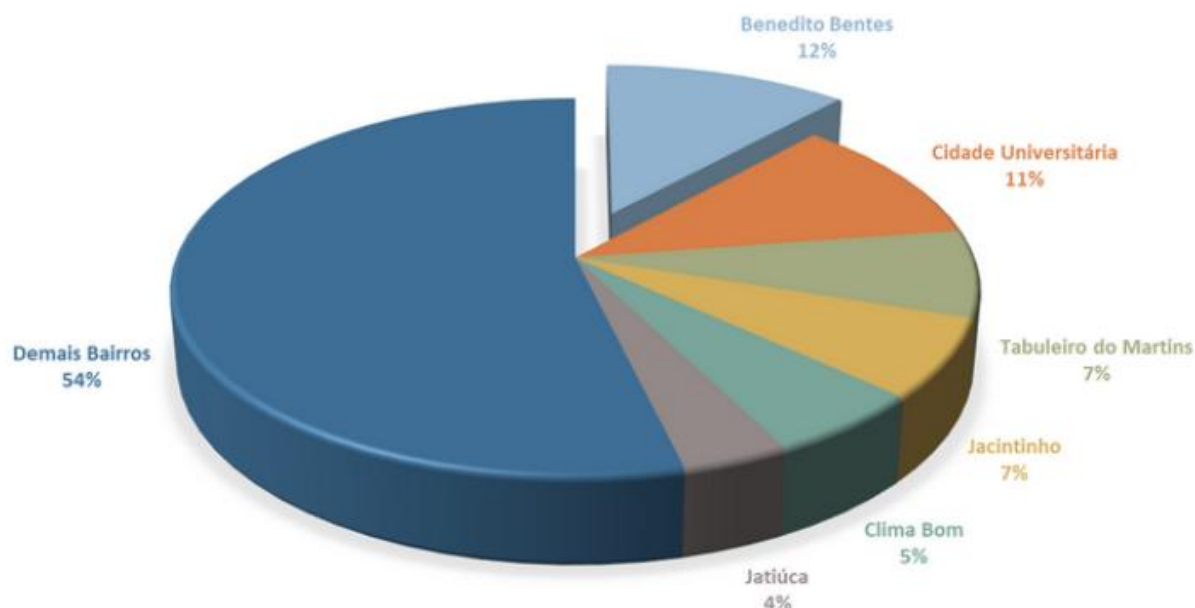


Fonte: Elaborado pela Comissão Mulher Segura com dados fornecidos pela ASSTEAC PC, 2023.

Apesar de Maceió ser o município com o maior registro de violência doméstica em Alagoas no ano de 2021, em termos proporcionais, na relação entre a população e o número de casos registrados, o município de Rio Largo concentra os maiores índices de violência doméstica, Arapiraca ocupa a 2º posição, Maceió em 3º e Penedo e Santana do Ipanema empatados no 4º lugar em registro de casos.

A figura 6 ilustra a incidência dos casos de violência doméstica por bairros em Maceió. O bairro Benedito Bentes registrou os maiores números de violência doméstica em 2022, com um total de 339 registros somando 12% dos casos, seguido do bairro Cidade Universitária com 310 casos, 11% do total de registros em Maceió. O terceiro bairro com maior número de registros foi o Tabuleiro dos Martins com 218 dos casos, representando 7% dos registros em Maceió (SSP-AL, 2023).

Figura 6: Percentual de violência doméstica dos bairros de Maceió com maior incidência em 2022.



Fonte: Elaborado pela Comissão Mulher Segura com dados fornecidos pela ASSTEAC PC, 2023.

Os dados apresentados indicam que a violência não afeta a todas da mesma maneira, e que desigualdades sociais são indicativos importantes que sustentam esse processo de violência. Além disso, entende-se que a subordinação não impacta a todas da mesma maneira, e a sensação de insegurança no contexto de gênero e raça é um indicativo dessa questão (IPEA, 2023). Desse modo, é evidente a melhoria nos índices de violência para mulheres não negras, e, em contrapartida, o agravamento para mulheres negras.

2.3. A Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) foi uma grande conquista dos movimentos feministas do Brasil. Foi a partir da sua criação que agora existem mecanismos para criminalização da violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, que tem como principal objetivo a garantia dos direitos fundamentais a todas as mulheres, buscando prevenir e acabar com todas as formas de violência contra a mulher, tendo em vista punir os agressores, através de crime hediondo, dando proteção e assistência as mulheres em situação de vulnerabilidade. Conforme a Lei Maria da Penha em seu artigo 2º determina que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as

oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Brasil, 2006, Artigo 2º).

Em seu artigo 5º, é conceituado a violência doméstica como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. É importante pontuar que o conceito de violência doméstica engloba idosos, crianças e adolescentes e qualquer membro da unidade doméstica e familiar.

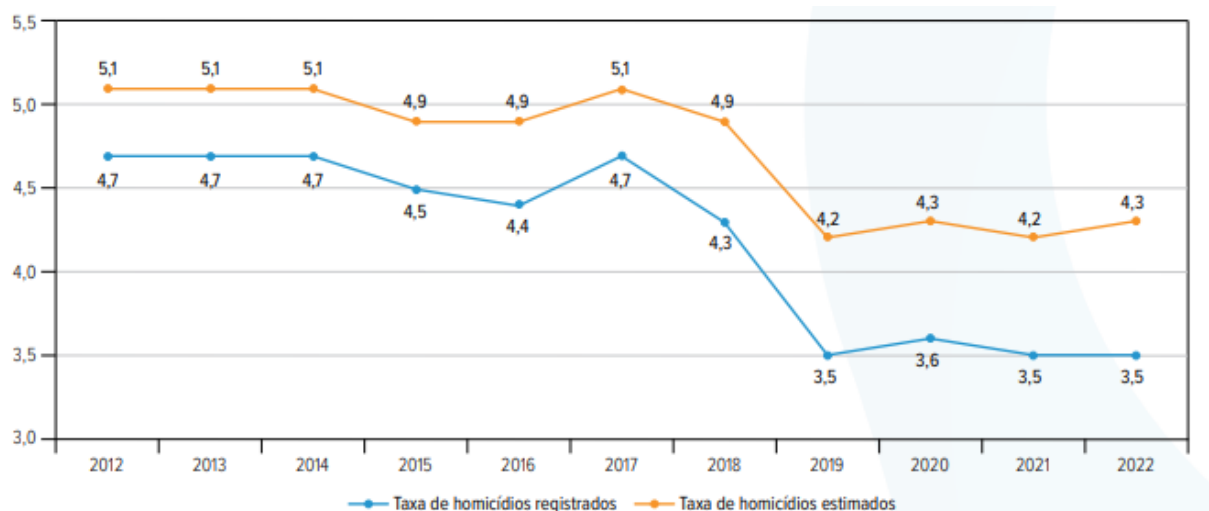
A lei foi reconhecida pela ONU como uma das três melhores políticas públicas do mundo em relação ao combate à violência contra mulher e pelo impacto causado nas estatísticas de redução nos números de violência (Moreno, 2019). Além de punir e criminalizar o agressor, a lei também tem como principal função trazer mecanismos de prevenção, medidas socioeducativas e atendimento especializado às vítimas.

Antes da criação da lei, uma mulher era espancada a cada quinze minutos. Apesar de não ter dados absolutos, o cenário pós Lei Maria da Penha é animador com redução significativa de agressões. Em 2001, em uma população de 61,5 milhões de mulheres, 11%, o que corresponde a quase 7 milhões, já haviam sido espancadas. Destas, 31% tinham sofrido alguma agressão nos últimos 12 meses (Souza; Pereira, 2020).

Na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres (IPEA, 2024).

Ainda que em 2022 o Brasil tenha atingido a menor taxa de homicídios de mulheres da década, enquanto a taxa geral (de homens e mulheres) caiu 3,6% entre 2021 e 2022, os homicídios de mulheres não apresentaram essa melhora nos índices. O que os dados indicam (Figura 7) é que não houve variação da taxa entre 2021 e 2022, permanecendo no patamar de 3,5 mortes para cada 100 mil mulheres brasileiras (IPEA, 2024).

Figura 7: Taxa de homicídios registrados e estimados de mulheres por 100 mil habitantes (2012 a 2022)



Fonte: IPEA, 2024.

2.4. Mecanismos de combate à violência doméstica

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º, explica melhor quais são os mecanismos que podem ser utilizados no combate à violência doméstica, são eles: centros de atendimento para mulheres e seus dependentes, casas-abrigo, delegacias especializadas, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e perícia médico-legal especializados para o atendimento de mulheres em situação de violência familiar, programas e campanhas para enfrentar a violência doméstica e centros de reabilitação para agressores. O juiz, além de possibilitar o acolhimento da mulher em casas-abrigo, o afastamento do agressor a um limite mínimo de distância da vítima, pode também impedir que o culpado frequente determinados lugares para evitar o encontro entre vítima e agressor (Brasil, 2006).

A política de combate está estruturada em etapas, sendo elas: prevenção, combate, assistência e garantia de direitos. A prevenção deve ser incentivada por políticas de ações educacionais no sentido de mudança de comportamentos e padrões sexistas. O combate é realizado pelas ações da Lei Maria da Penha. A assistência e garantia de direitos são feitas através das redes de atendimento públicas e assistencialismo social, com secretarias específicas.

De acordo com a Un Women (2016), os edifícios de abrigo apresentam diferentes estágios:

- **Abrigos de Emergência:** Este é o primeiro estágio do abrigamento, destinado a fornecer acomodações de curto a médio prazo, geralmente por alguns dias ou meses. Esses abrigos oferecem suporte emocional, serviços de transporte e aconselhamento jurídico para as mulheres em situação de vulnerabilidade.
- **Abrigos Transicionais:** No segundo estágio do abrigamento, são oferecidas acomodações de longo prazo, que podem variar de 6 meses a 1 ano ou mais. Nesses abrigos, a segurança é reforçada e a localização deve ser mantida em sigilo para proteger a privacidade e a integridade das mulheres hospedadas.
- **Lar Permanente:** Este é o terceiro estágio do abrigamento, destinado a mulheres que, mesmo após completarem o segundo estágio, ainda necessitam de apoio financeiro e emocional. Nessas instalações, a segurança e a privacidade não são garantidas, uma vez que as mulheres são reintegradas à sociedade, porém, o apoio emocional continua disponível para auxiliá-las em sua jornada de recuperação e reinserção.

As Casas Abrigo oferecem desde acomodações, alimentação, como também, acompanhamento jurídico e psicológico. Atuam em situações em que a mulher esteja em risco iminente de morte, sua localização é mantida em sigilo e geralmente passam de 90 a 180 dias, sem contato com a sociedade afim de preservar sua segurança (Silva, 2022).

A Lei Maria da Penha garante que mulheres vítimas de violência doméstica tenham acesso a serviços especializados, determinando que o Estado seja responsável por criar e coordenar esses serviços. As casas de acolhimento têm sido a principal medida do Estado para garantir o direito à vida das mulheres em situação de perigo imediato de morte (Brasil, 2006).

Orientando as Diretrizes de Abrigamento, os princípios ideológicos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004/2008) são destacados:

- i. Igualdade e tolerância à variedade.
- ii. Independência feminina.
- iii. Secularismo no âmbito estatal;
- iv. Universalidade das estratégias políticas;
- v. Equidade social;

vi. Envolvimento e fiscalização por parte da sociedade.

Assim, implementar esses princípios em abrigos significa evitar parcerias com entidades religiosas, respeitando a separação entre Estado e religião, e garantir a participação das usuárias e dos movimentos sociais na definição dos serviços prestados, seguindo o princípio de participação e controle social (Silva, 2022).

2.4.1. Centros de Referência de Apoio

Os centros de referência de apoio às casas abrigo visa orientar projetos de estruturação e implementação dos serviços especializados na assistência a mulher em situação de violência, e regulamentar alguns aspectos a fim de organizar e fiscalizar o funcionamento das casas de abrigo. Assim as novas casas que atendem casos de ocorrências na região, devem cumprir os pré-requisitos básicos de funcionamento e logística, como estar próximos a serviços públicos de saúde, segurança e ensino, de preferência em área residencial, não contando com presença aparente de guaritas, placas de identificação, podendo oferecer um ambiente discreto e propício. A acomodação das vítimas consiste no apoio residencial, podendo ser instalações coletivas ou apartamentos, de forma que estabeleça vínculos familiares entre a usuária e seus dependentes (Brasil, 2006).

O abrigo deve dispor de dormitórios, para as mulheres e seus dependentes no qual, possa acomodar seus pertences pessoais, mantendo o vínculo familiar e garantindo sua privacidade, espaços de convivência coletiva e de recreação para as crianças, local ao atendimento de primeiros socorros e guarda de medicamentos. refeitório, cozinha e lavanderia coletiva, banheiros compatíveis com o número de pessoas abrigadas, e espaços para a equipe técnica e administrativa. Ainda deve haver profissionais de nível superior de Serviço Social, Educação Social, Psicologia, Direito, Pedagogia e Nutrição que atendam as áreas de saúde física, mental e promoção de cidadania. Para auxiliar na manutenção e funcionamento do abrigo e recomendado profissionais de nível médio e/ ou básico, tais como: cozinheira, auxiliar de limpeza, agente administrativo, segurança e motorista (Brasil, 2006).

Quaisquer tipos de espaço, seja ele público e privado na casa, deve seguir a Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT,2020), as acomodações devem ter os mobiliários iguais ao de qualquer habitação, de forma a igualar um ambiente próximo ao familiar. O Projeto arquitetônico para um abrigo de mulheres vítimas de violência, focado em questões ambientais e introspecção, busca criar um espaço que não

apenas ofereça proteção física, mas também promova a cura emocional e psicológica. A abordagem contempla elementos que privilegiam a conexão entre os usuários e a natureza, buscando reduzir a sensação de aprisionamento e isolamento (Silva, 2022).

A arquitetura deste edifício deve ser concebida de forma a estabelecer uma função protetora para os usuários, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor. Por meio da utilização de técnicas de design e arquitetura que exploram o contraste entre luz e escuridão, o espaço é enriquecido com uma atmosfera que estimula a introspecção e promove uma sensação de esperança, simbolizada pela analogia da luz no final do túnel.

Além disso, o desenho paisagístico integrado ao projeto, aliado aos elementos naturais como sol, céu, ar e chuva, torna-se essencial para criar um refúgio sensorial que influencia positivamente o estado de espírito dos ocupantes. Essa abordagem holística reconhece a importância da natureza como elemento terapêutico, proporcionando uma conexão com o ambiente externo que contribui para o bem-estar emocional das mulheres que buscam abrigo e apoio (Silva, 2022).

O projeto arquitetônico para o abrigo de mulheres vítimas de violência se destaca não apenas por sua função primordial de proteção, mas também por sua capacidade de proporcionar um ambiente que estimula a cura e o crescimento pessoal.

Outro grande ponto importante no processo de estadia no abrigo é a introdução das usuárias que tiveram vivências parecidas, por isso é importante que o edifício conte com ambientes de integração das moradoras tais como: ateliês, oficinas, praças, refeitórios e etc.

Por fim, faz-se necessário diferenciar casas de abrigo das casas de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. As primeiras representam um espaço de garantia de defesa e proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexual, em risco de morte, e de seus dependentes; a unidade oferece atendimento psicológico, jurídico, pedagógico e de assistência social. Já as segundas, prestam serviços assistenciais de caráter não governamental, implementados a partir de iniciativas de âmbito caritativo e humanitário, suprimindo as carências biopsicossociais de crianças, adolescentes e adultos portadores do HIV ou doentes de AIDS, reintegrando-os à família e à sociedade.

3. ANÁLISE DE REPERTÓRIO

Os projetos apresentados neste capítulo foram utilizados como base para investigar as potencialidades e fragilidades para a concepção de diferentes tipos de abrigos, de forma a auxiliar na elaboração da proposta arquitetônica desta Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.

3.1. Centro de Oportunidades para Mulheres, Ruanda

O projeto concebido em colaboração com a *Women for Women International* e representa um esforço significativo para ajudar mulheres sobreviventes de guerra a reconstruírem suas vidas de forma sustentável e autônoma. Ao transformar uma pequena aldeia (Figura 8) com foco em agricultura de subsistência, o projeto visa não apenas melhorar as condições econômicas das mulheres envolvidas, mas também restaurar a infraestrutura social e preservar o patrimônio africano (Gomes *et al.*, 2020).

Figura 8: Entrada do Centro de Oportunidades Para Mulheres, em Ruanda.



Fonte: Archdaily, 2013.

A parceria com a *Sharon Davis Design* resultou na criação de um espaço que vai além da simples construção física. Ao fornecer uma área de 2200 m², o projeto abrange várias necessidades, desde instalações comunitárias até espaços dedicados à educação e oportunidades econômicas. As fotografias de Elizabeth Felicella ajudam

a documentar e divulgar o impacto positivo desse empreendimento (Gomes *et al.*, 2020).

Uma das características notáveis do projeto é a inclusão de uma fazenda demonstrativa, que desempenha um papel fundamental no empoderamento das mulheres locais. Esta iniciativa vai além da simples produção agrícola, ao ensinar técnicas orgânicas voltadas para a produção comercial. Ao capacitar as mulheres a gerar renda a partir da terra de forma sustentável, o projeto promove a independência econômica e constrói uma rede comunitária autossuficiente (Figura 9).

Figura 9: Fazenda demonstrativa do Centro de Oportunidades Para Mulheres, em Ruanda.



Fonte: Archdaily, 2013.

Além dos aspectos econômicos, o projeto também valoriza a preservação da cultura local e do patrimônio africano. Ao integrar elementos arquitetônicos e design que refletem a identidade e a história da região, o projeto contribui para a revitalização e a valorização do ambiente construído (GOMES *et al.*, 2020).

3.2. Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande - MS, Brasil.

A Casa da Mulher Brasileira é uma das principais ferramentas do Governo Federal para proteger mulheres vítimas de violência. Destinado a oferecer atendimento integral e humanizado a todas as cidadãs, o local oferece serviços especializados para os mais diversos tipos de violência. Entre eles, apoio psicossocial, promoção da autonomia econômica, cuidado das crianças. Também conta com espaços de apoio como alojamentos de passagem, brinquedoteca, central de transportes, serviços de delegacia, juizados, Ministério Público e Defensoria Pública.

A escolha das cores e das formas curvas na cobertura da Casa da Mulher Brasileira desempenha um papel crucial na comunicação visual do espaço, facilitando a identificação dos locais onde as mulheres podem encontrar apoio, assistência e acolhimento (Figura 10). Esses elementos visuais não apenas tornam os espaços mais acolhedores e convidativos, mas também transmite uma mensagem de segurança e proteção (Salazar; Silva, 2022).

Figura 10: Fachada Casa da Mulher Brasileira Campo Grande-MS.



Fonte: Governo Federal, 2013.

Ao adotar formas curvas na cobertura, o projeto arquitetônico busca criar uma atmosfera mais orgânica e suave, contrastando com a rigidez e a severidade muitas vezes associadas a instituições de apoio. Essas formas curvas podem transmitir uma sensação de calor humano e empatia, ajudando as mulheres a se sentirem mais confortáveis e confiantes ao buscar ajuda. Além disso, a disposição dos espaços no terreno em oito blocos de atendimento, com um pátio central de uso comum, reflete uma abordagem integrada e holística para fornecer apoio às vítimas. Ao concentrar uma variedade de serviços, como apoio jurídico, estrutural, emocional e socioeconômico, em um único espaço, a Casa da Mulher Brasileira simplifica o processo para as mulheres que buscam assistência, eliminando a necessidade de se deslocarem entre diferentes locais (Salazar; Silva, 2022).

Essa integração de serviços em um único local não apenas facilita o acesso das mulheres ao apoio de que necessitam, mas também cria um ambiente onde elas se sintam apoiadas e compreendidas. O pátio central de uso comum entre vítimas e funcionários também pode promover uma sensação de comunidade e solidariedade,

incentivando a troca de experiências e o apoio mútuo entre as mulheres atendidas pelo centro.

Segundo Gomes *et al* (2020), o papel do paisagismo na arquitetura é realmente essencial, pois vai além de simplesmente embelezar os espaços. Ele desempenha uma função fundamental na criação de ambientes harmoniosos, esteticamente agradáveis, seguros e funcionais. No contexto de um projeto como este, voltado para o apoio e acolhimento de mulheres vítimas de violência, o paisagismo desempenha um papel ainda mais crucial.

Ao integrar elementos paisagísticos ao ambiente aberto do local, é possível transformá-lo em um espaço agradável e convidativo, contribuindo para o bem-estar emocional e psicológico das mulheres que o frequentam. Além disso, o paisagismo também traz benefícios tangíveis, como a sensação de frescor e umidade que as plantas podem proporcionar, criando um ambiente mais confortável e acolhedor (Gomes *et al.*, 2020).

A escolha cuidadosa das espécies vegetais é fundamental para garantir não apenas a beleza do paisagismo, mas também sua funcionalidade. No caso deste projeto, a seleção de árvores floríferas e frutíferas demonstra uma preocupação não apenas com a estética, mas também com a utilidade prática das plantas. As flores proporcionam beleza visual e podem ter um efeito terapêutico nas pessoas, enquanto as árvores frutíferas oferecem a oportunidade de colher alimentos frescos e saudáveis. Além disso, a inclusão de forrações e árvores de pequeno porte contribui para criar uma diversidade vegetal que enriquece o ambiente e promove a biodiversidade.

3.3. Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, Tel Aviv-Yafo, Israel

Projetado pelo escritório, *Amos Goldreich Architecture*, com sede em Londres, juntamente com *Jacobs-Yaniv Architects*, o projeto visa abrigar mulheres e crianças vítimas de abuso e violência doméstica na cidade de Tel Aviv-Yafo, em Israel. Apesar de ter sido projetado por um escritório de Londres, foi feito em parceria com uma empresa local, com ajuda de ativistas e da equipe que iria fazer uso do local.

O objetivo do projeto era torná-lo um refúgio para mulheres e crianças, visto que segundo *World Health Organisation*, mais de 45% das mulheres em Israel, serão vítimas de violência doméstica em algum momento das suas vidas e recentes

estatísticas indicam que 45% das crianças em Israel também estão sujeitas à violência.

Figura 11: Vista da fachada.



Fonte: Por Amit Geron, via Archdaily, 2018.

Em sua funcionalidade, toda família ao dar entrada no abrigo receberia uma unidade habitacional completa, composta por dormitório, banheiro e cozinha, que fariam parte de todo o conjunto, e todos convergindo para o centro, o jardim. Além dos dormitórios, o conjunto também conta com uma creche, que consegue dar suporte ao turno de trabalho das mães.

O projeto utilizou seu jardim central como ponto de partida para distribuição de todos os outros ambientes (Figuras 12 e 13), fazendo uma analogia a uma pedra escavada por dentro, deixando-a com duas superfícies: uma externa rústica, enquanto a interna seria lisa e delicada. Esta analogia tornou-se o conceito principal do edifício, que tem duas fachadas - a externa segura e protetora e a fachada interna, voltada para o jardim central.

Figura 12: Vista para o jardim interno.



Fonte: Por Amit Geron, via Archdaily, 2018.

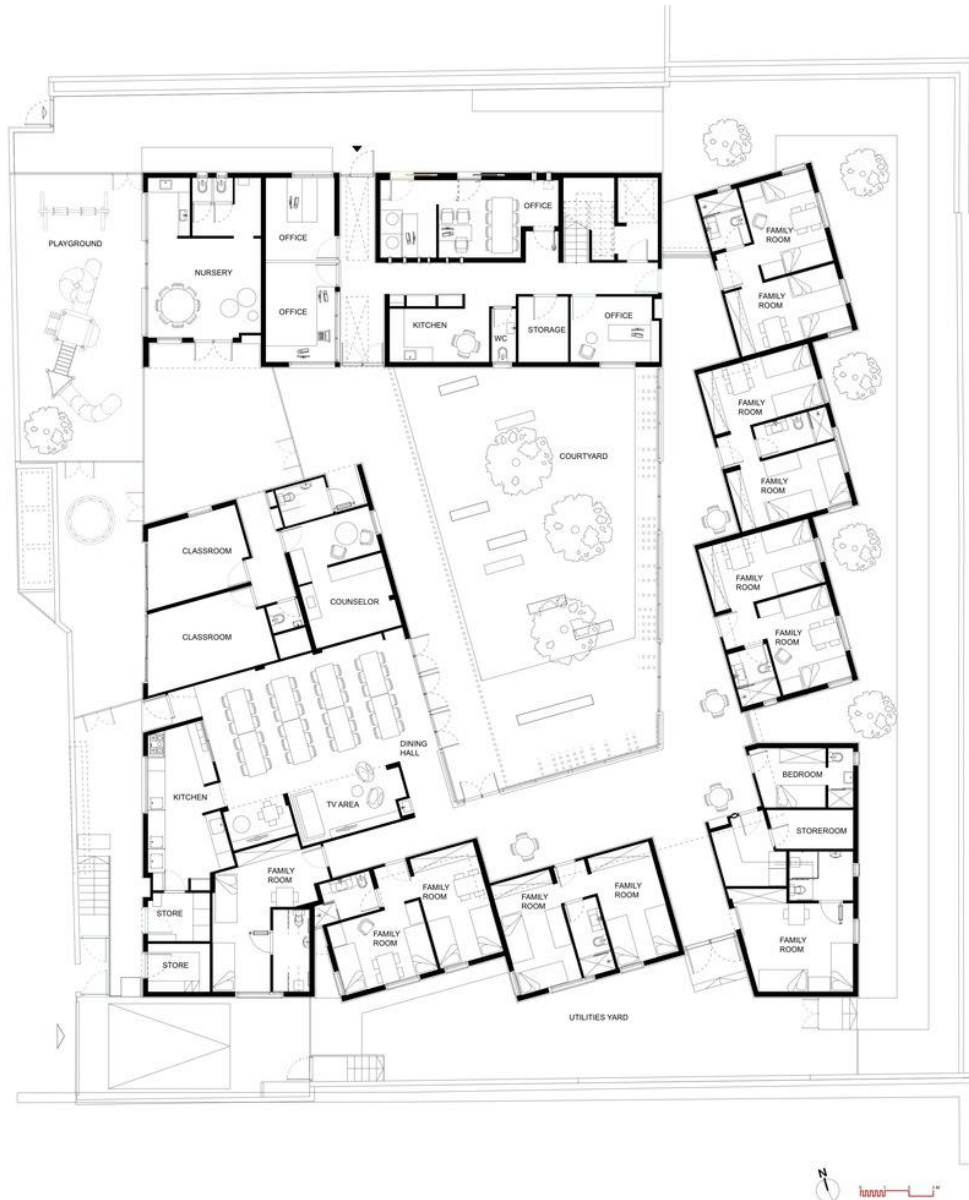
Figura 13: Vista para o jardim interno.



Fonte: Por Amit Geron, via Archdaily, 2018.

O projeto também conta com espaços de convivência, lavanderia, cozinha e refeitórios de uso coletivo, apoio para funcionários, salas de diretoria e administração, assim como espaços multidisciplinares, atendimento psicológico, assistência social e jurídica, salas de aulas, oficinas realizadas por voluntários, cuidados pessoais e auxílio de formação profissional (Figura 14).

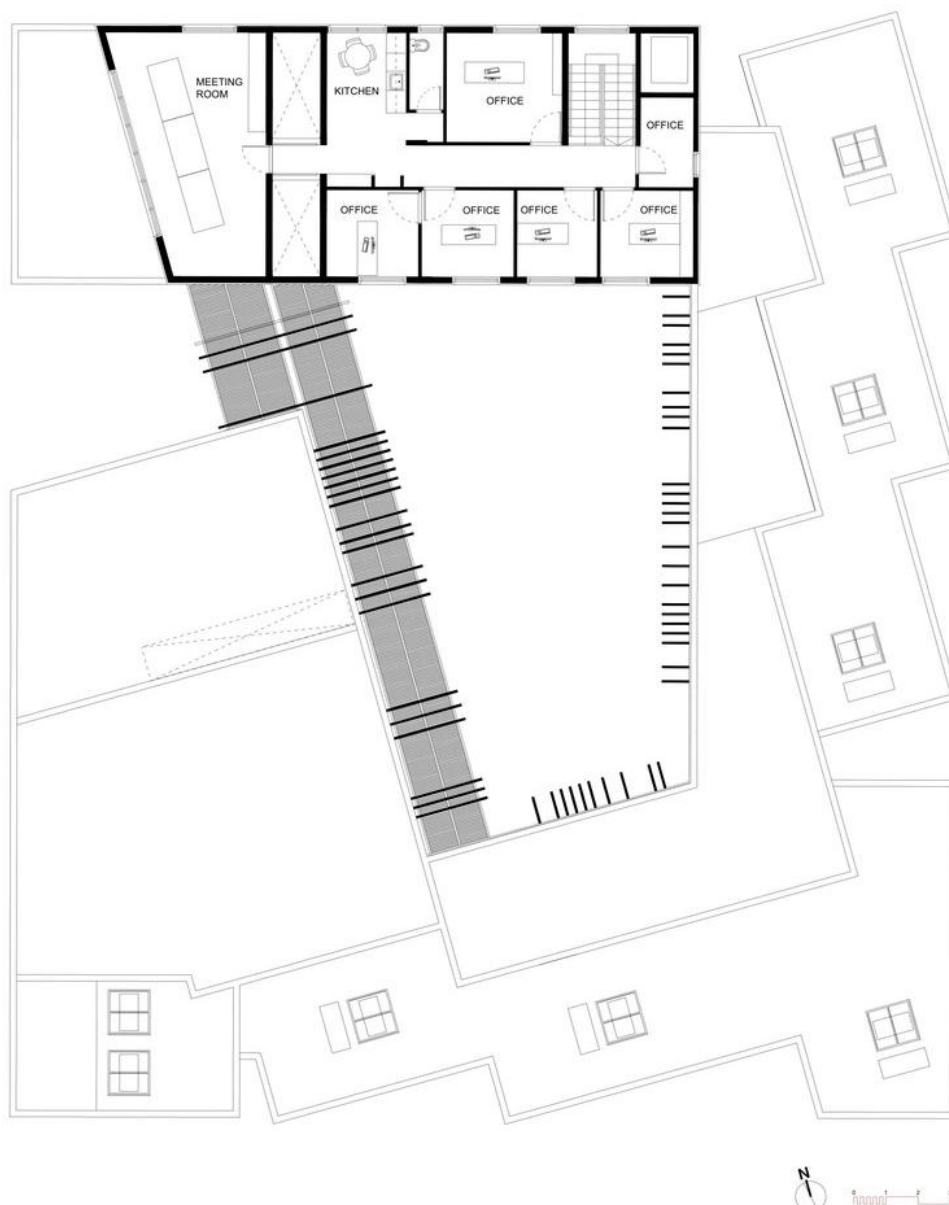
Figura 14: Planta baixa do térreo do edifício.



Fonte: Equipe do projeto, via Archdaily, 2018.

Já no pavimento superior fica distribuída a parte administrativa do edifício. Com área de convívio para os funcionários, descanso e cozinha privativa e escritórios, e salas de apoio jurídico, contabilidade e sala de reunião (Figura 15).

Figura 15: Planta baixa do pavimento superior do edifício.



Fonte: Equipe do projeto, via Archdaily, 2018.

3.4. Análise dos estudos de Repertório

A análise das referências citadas anteriormente contribuiu para o entendimento e necessidades destes espaços, bem como o desenvolvimento de um projeto que atendesse suas possíveis usuárias, de forma acessível e acolhedora. Os exemplares

escolhidos para estudo de casos auxiliaram de forma relevante para o desenvolvimento do estudo preliminar apresentado.

Cada um deles possibilitou a reunião de fatores importantes e necessários para a elaboração do partido arquitetônico do projeto. Estes centros ou casas de referência, são locais voltados a promover a informação, cidadania e defesa dos direitos desta população, bem como a assistência social e jurídica destes indivíduos.

Assim, no Quadro 1, apresenta uma análise síntese das potencialidades de cada um dos projetos do estudo de repertório e das respectivas estratégias adotadas para a proposta da Casa Abrigo Renascer.

Quadro 1: Análise síntese dos projetos de estudo de repertório.

QUADRO SÍNTESE		
PROJETO	POTENCIALIDADES	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS
Centro de Oportunidades para Mulheres, Ruanda	Utiliza da agricultura, que é uma característica forte de fonte de renda para a população local, através de uma horta, para capacitar as moradoras; uso de luz e sombra na criação de cenários; paisagismo valorizando a construção.	Na proposta do projeto será ministrado cursos profissionalizantes de computação, corte e costura e outros, visto que são atividades mais fomentadas no estado.
Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande	Utiliza de mecanismos arquitetônicos para valorizar a iluminação e ventilação natural; possui serviços que ajudam na autonomia e proteção da mulher, como apoio jurídico, psicossocial; possui rede de apoio para os dependentes da mulher.	Muitos serviços como apoio psicossocial, jurídico, biblioteca, playground e apoio aos seus dependentes foram replicados.
Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, Tel Aviv-Yafo, Israel	Projetado com participação da equipe que iria gerir o local; espaços verdes internos; dormitórios com tipologia de apartamentos para cada família.	Foi utilizado um modelo semelhante de unidade habitacional, com apartamentos individuais, com intenção de preservar a privacidade de cada família.

Fonte: Elaborado pela autora.

4. PROPOSTA

A **Casa Abrigo Renascer** nasce como uma proposta de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL. O projeto tem como objetivo promover a recuperação da dignidade, autonomia e independência emocional e financeira da vítima.

O projeto propõe um conjunto de elementos que tem por objetivo criar espaços que possam, ao mesmo tempo, acolher com dignidade a mulher, na intenção de distanciar a vítima do seu agressor e fortalecer essa mulher em todos os aspectos que a constroem enquanto pessoa. Uma mulher só poderá reconhecer uma agressão, seja ela em qual padrão se desenvolver, se possuir uma rede de apoio capaz de fortalecê-la.

Este projeto promove a sensação de proteção, acolhimento e recuperação física e mental de mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL.

Como acolhimento, promove habitação de duração máxima de 60 dias (podendo haver extensão desse prazo a depender de atrasos de medidas protetivas), enquanto fornece subsídios à reestruturação familiar, pessoal e financeira para o retorno à sua vida normal.

Com o intuito de promover autonomia financeira, propõe espaços para oficinas de capacitação técnica, como forma de retorno ou inserção ao mercado de trabalho, para aquelas que antes eram dependentes financeiramente do seu agressor.

4.1. Caracterização do Bairro

O projeto está inserido no bairro da Levada (Figura 16), bairro que é caracterizado por ser o maior centro de consumo de cereais e hortifruti da capital, onde se localizam o mercado da produção, feiras livres, Ceasa e centenas de Camelôs. Suas ruas estreitas, que antes eram habitadas por famílias tradicionais, hoje são ocupadas por casas de comércio dos mais variados ramos.

Figura 16: Mapa da localização do bairro da Levada.



Fonte: SEDET, 2020, adaptada pela autora.

Por ser vizinho ao Centro da Cidade, o bairro era habitado por pessoas da classe média, que construíram suas casas aproveitando a vista para a lagoa Mundaú. O bairro passou por muitas mudanças com o decorrer dos anos, como a pavimentação das ruas, alguns casarões permaneceram, apesar de descaracterizados e transformados em escolas e casas comerciais. O Mercado da Produção tornou-se o símbolo dessa modernidade, apesar do mal estado de conservação. O velho mercado virou um centro de vendas de artesanato, mas o relógio, continua no mesmo lugar. A linha férrea continua cortando parte do bairro, que passou a dispor de uma moderna estação.

O bairro passou por um grande decaimento depois que começaram a surgir ambulantes na região, e com o tempo o bairro passou a ser ocupado por uma população mais pobre, entre média e baixa renda. As pessoas só frequentam mais o bairro pela intensificação do comércio.

4.2. Parâmetros Urbanísticos

O terreno está localizado na ZR-1 (Zona Residencial 1), segundo o Mapa de Zoneamento de Maceió (Maceió, 2007), como uma área de serviço.

Figura 17: Recorte do Mapa de Zoneamento Urbano de Maceió.



Fonte: Código Urbanístico de Maceió, 2007.

Para essa zona abordada precisam ser levados em conta alguns parâmetros urbanísticos, que irão nortear as condicionantes do projeto, tais como taxa de ocupação máxima do terreno, vagas de estacionamento e outros fatores para melhor uso do terreno (Quadro 02).

Quadro 02: Parâmetros Urbanísticos exigidos retirados do Código Urbanístico de Maceió, 2007.

PARÂMETRO	VALORES
Taxa de Ocupação Máxima do Terreno	80%
Coeficiente de Aproveitamento	3,5
Recuo Frontal	5m
Recuos Laterais e Fundo	2,5m
CLASSIFICAÇÃO DOS USOS	
Comercial e Serviço	
Grupo 4	Acima de 900m²
Vagas de Estacionamento	1 vaga a cada 150m² construídos

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para edificações de uso comercial e serviços deve-se seguir os parâmetros urbanísticos referentes ao Uso Residencial 5 (UR-5). Com isso, aplicando os parâmetros exigidos com o terreno de 10.440m², para o projeto, a taxa de ocupação atingida foi equivalente a 45%.

4.3. A Escolha do Terreno

O terreno é vizinho de duas edificações, sendo uma delas o Sesi Cambona, apresenta apenas uma frente, voltada para a Avenida Francisco de Menezes, que apresenta um fluxo maior de veículos, e também o encontro com a linha do trem.

A escolha do terreno se deu não somente pelo seu tamanho (10.440m²) e localização geográfica, também foram considerados o uso das edificações no seu entorno, a grande maioria das edificações são de uso residencial, alguns pontos comerciais e a escola Sesi Cambona no terreno vizinho, que foi um dos principais motivos para a inserção no projeto nesse ponto, visto que é interessante fazer uma parceria público privado com a escola e os moradores do abrigo (Figura 18).

Figura 18: Localização do terreno e vizinhos.

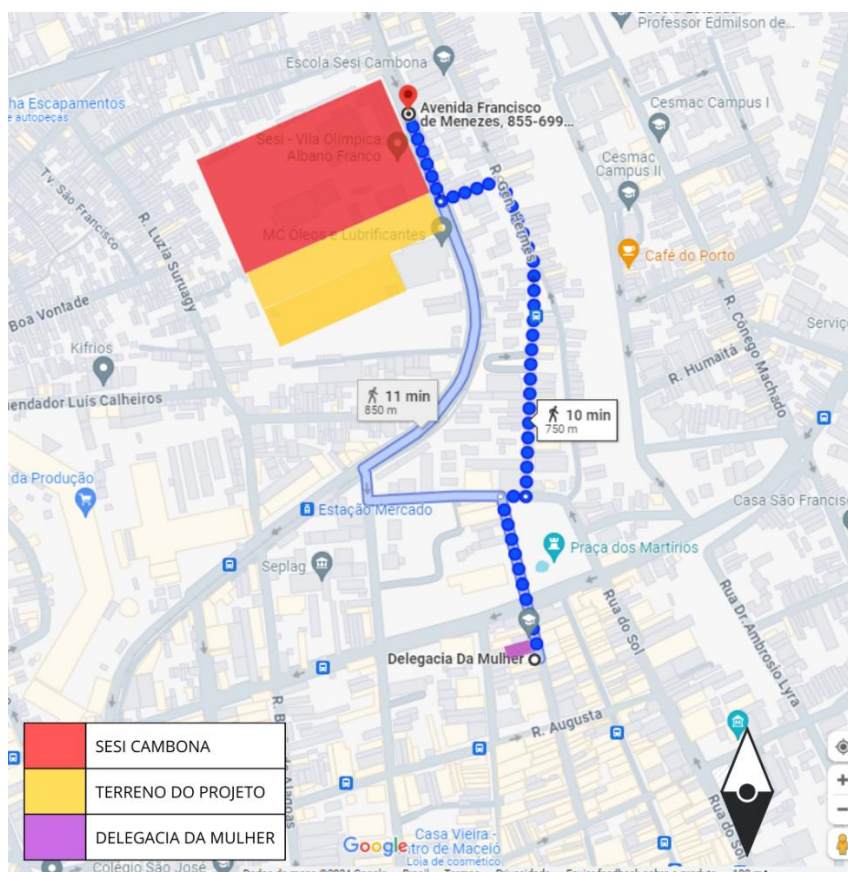


Fonte: Google Maps, Editado pela Autora, 2024.

É importante salientar que o bairro da Levada, onde está inserido o projeto é próximo ao bairro do Centro, onde está localizada a Delegacia da Mulher.

O projeto foi inserido intencionalmente no bairro da Levada pois está localizado num raio de 950 metros da Delegacia da Mulher no bairro do Centro, facilitando o deslocamento da mulher e seus dependentes diretamente para o abrigo (Figura 19).

Figura 19: Distância do Projeto à Delegacia da Mulher.



Fonte: Google Maps, Editado pela Autora, 2024.

4.4. Programa Arquitetônico

A concepção do programa de necessidades (Quadro 03) foi estruturado com base nas informações colhidas nos estudos de caso presentes acima e nas carências existentes no atual abrigo que existe em Maceió ¹.

¹ Por se tratar de um serviço de sigilo do município, a única informação que foi cedida sobre a situação da atual casa abrigo de Maceió é que se trata de uma casa itinerante alugada por temporada, na maioria das vezes com 5 a 6 quartos e atende cerca de 20 mulheres simultaneamente.

Quadro 03: Programa de Necessidades

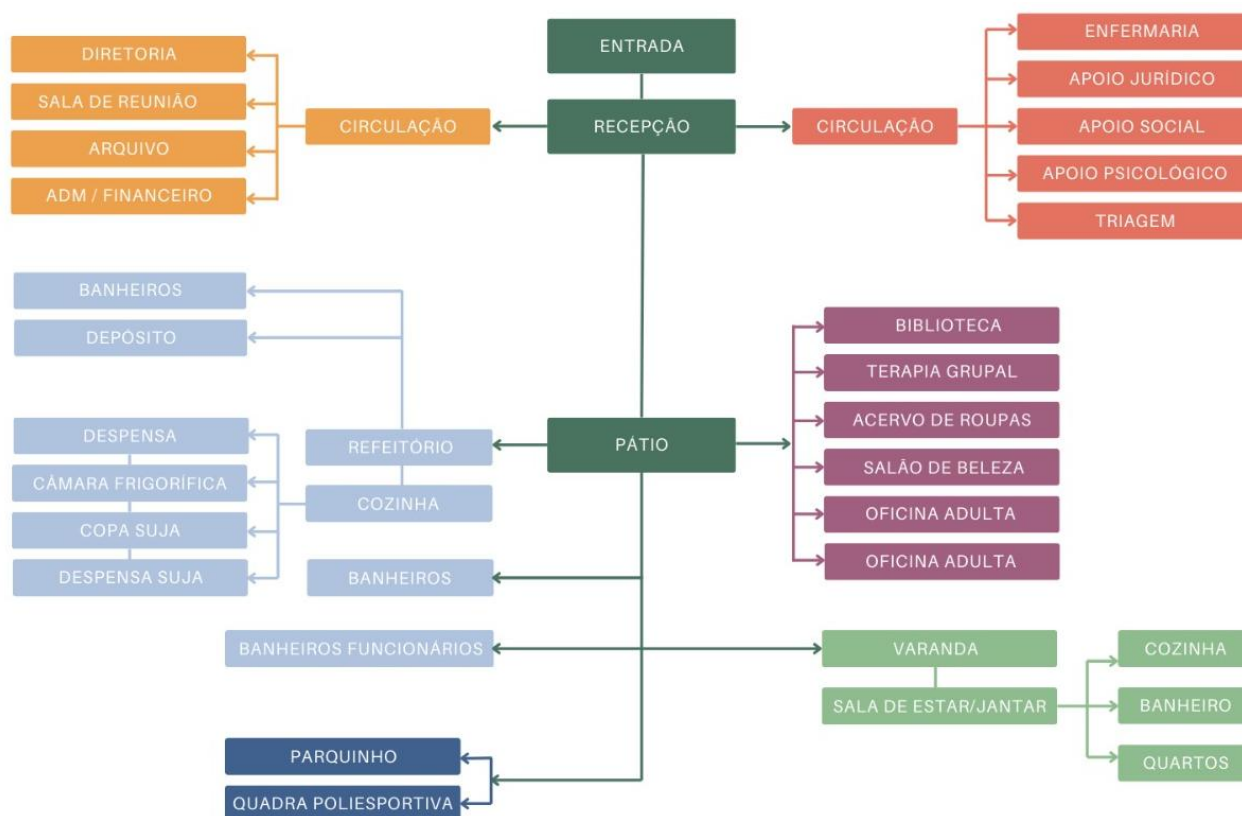
SETOR	AMBIENTE	ÁREA (M²)	Área Total
Entrada	Recepção	80 m²	86,7 m²
Serviços	Enfermaria	15 m²	90 m²
	Apoio Jurídico	30 m²	
	Apoio Psicosocial	30 m²	
	Triagem	15 m²	
Administração	Diretoria	14 m²	56,50 m²
	Sala de Reunião	10,50 m²	
	Sala de Arquivo	7 m²	
	Adm / Financeiro	25 m²	
Convivência coletiva	Pátio Principal	160 m²	185 m²
	Banheiro	25 m²	
Atividades	Salão de Beleza	40 m²	322 m²
	Oficina Adulta	56 m²	
	Oficina Infantil	56 m²	
	Acervo de Roupas	40 m²	
	Terapia Grupal	40 m²	
	Biblioteca	90 m²	
Praça de alimentação	Refeitório	230 m²	400 m²
	Cozinha	50 m²	
	Despensa	8 m²	
	Câmara Frigorífica	8 m²	
	Copa Suja	9,80 m²	
	Despensa Suja	6,10 m²	
	Banheiros	32,30 m²	
	Depósito	18 m²	
	Lavanderia coletiva	40 m²	
Entretenimento	Quadra poliesportiva	212 m²	317 m²
	Parquinho	105 m²	
Habitação	Varanda	3,15 m²	46,50 m² (32 unidades)
	Cozinha	6,00 m²	
	Quartos	7,50 m²	
	Sala de Estar / Jantar	10,05 m²	
	Banheiro	4,07 m²	

Habitação PCD	Varanda	3,45 m ²	56 m ² (02 unidades)
	Cozinha	6,60 m ²	
	Quartos	8,77 m ²	
	Sala de Estar / Jantar	13,05 m ²	
	Banheiro	5,50 m ²	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir do programa de necessidades foi elaborado um fluxograma (Figura 23) que define os ambientes por setor e blocos, seguindo a abordagem arquitetônica definida. O fluxograma retrata o sentido dos usos dos espaços e a conexão entre eles.

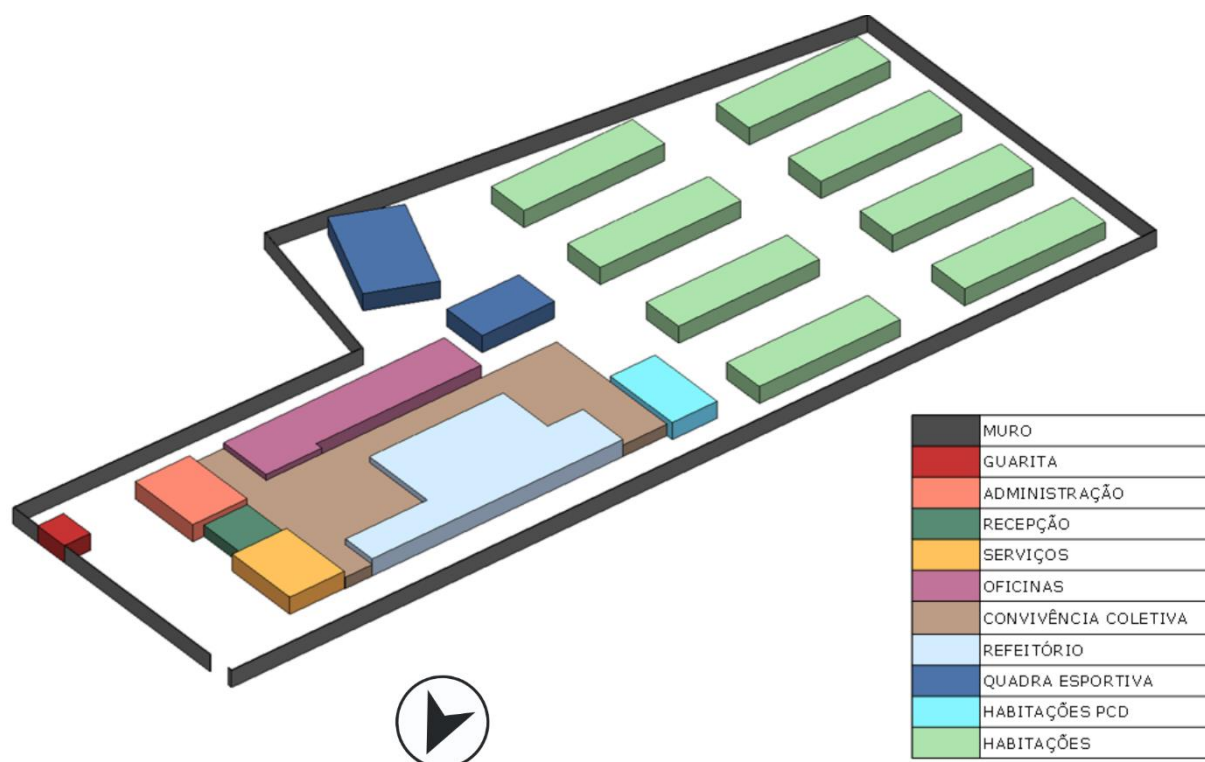
Figura 20: Fluxograma do quadro de necessidades.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A figura 24 apresenta a divisão de acordo com a inserção desses blocos dentro do terreno e de acordo com a setorização distribuída no fluxograma, cada bloco conta com diferentes tipos de serviços. O primeiro ambiente de acesso da casa é a recepção, é através dele que se distribuem os outros setores.

Figura 21: Setorização do programa de necessidades



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

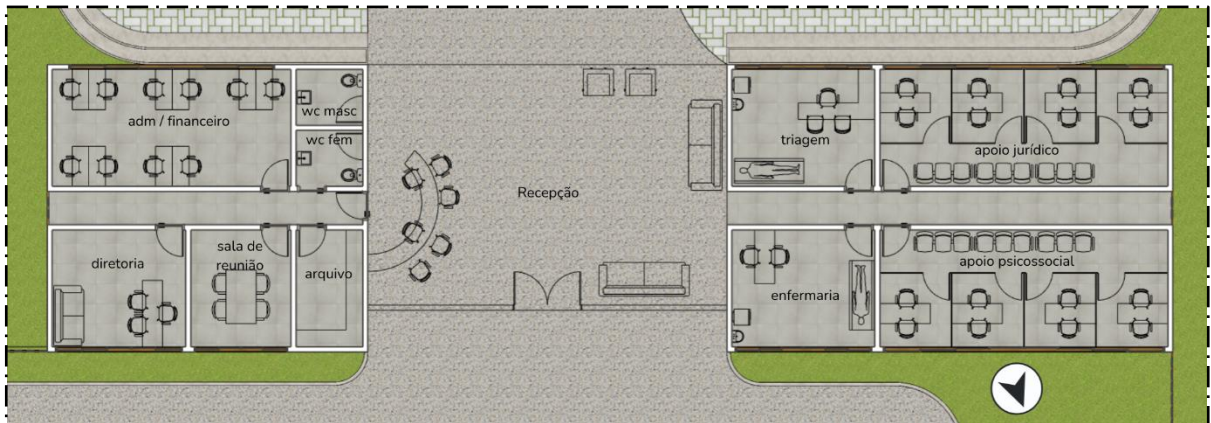
4.5. Setorização

A entrada na Casa foi separada pelos acessos feitos por veículos automotivos e pedestres, de maneira que não haja choque de fluxos. A guarita faz o controle dos acessos, à direita se encontra o acesso dos veículos e o acesso de carga e descarga. Conta com um estacionamento para 15 vagas, sendo uma PcD.

Ao darem entrada na Casa, as usuárias terão que passar obrigatoriamente pelo setor de triagem, localizada ao lado direito da recepção, para que seja necessária uma avaliação do quadro de saúde, psicossocial e jurídica, para que dessa forma seja feito o cadastro no abrigo (Figura 25).

Também a partir da recepção há o acesso para a administração da Casa, setor que poderá ser acessado exclusivamente pelos funcionários do abrigo. Conta com uma sala de diretoria, administrativo e financeiro, sala de reunião e uma sala de arquivo (Figura 25).

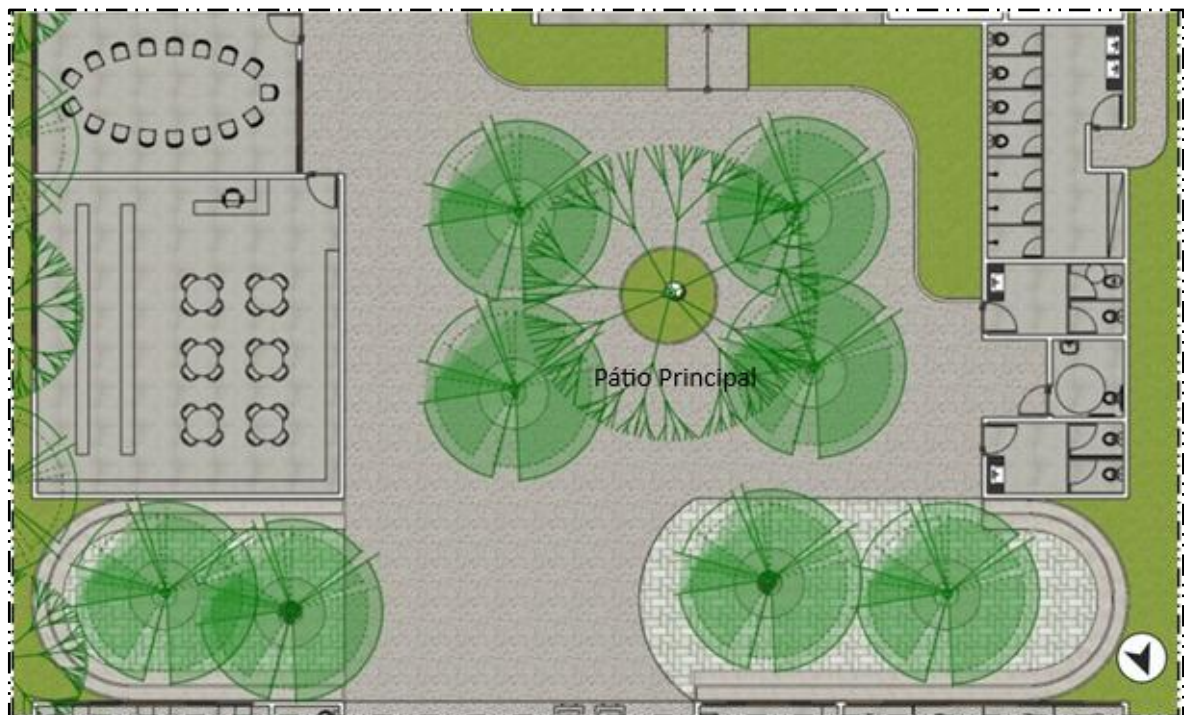
Figura 22: Planta baixa do setor de serviços



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Após a recepção, encontra-se a área de convivência coletiva (Figura 26), um espaço de permanência para contemplação com áreas verdes e árvores de copas grandes para auxiliar no sombreamento e bancos, também conta com banheiros coletivos equipados para pessoas com deficiência.

Figura 23: Planta baixa pátio principal

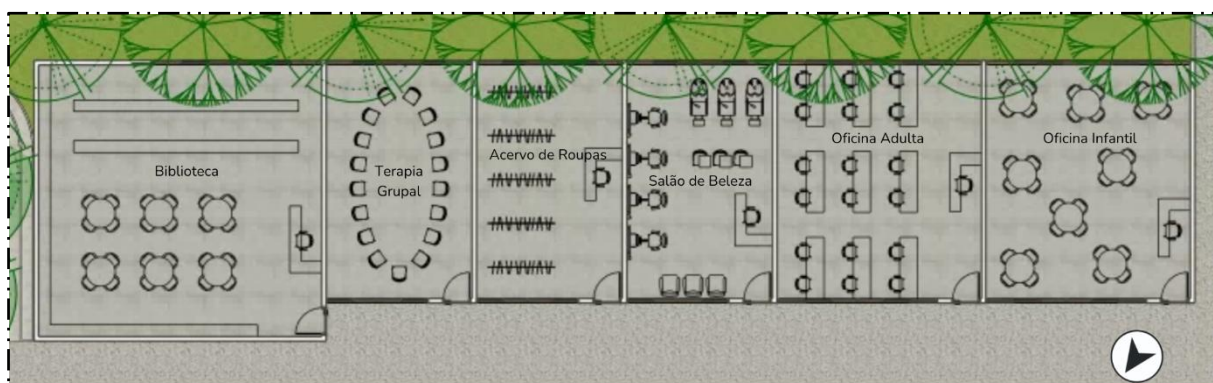


Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Os ambientes da Casa são pensados de maneira que haja uma interação constante entre as mulheres que ali residem, pois, mulheres unidas e que trocam experiências são mulheres mais fortes.

A partir do pátio principal, dá-se acesso às salas de atividades, composta por uma biblioteca, terapia grupal, acervo de roupas, salão de beleza, oficina e oficina infantil (Figura 27).

Figura 24: Planta baixa bloco de atividades



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A biblioteca conta com acervo físico de material didático para leitura, maior sala desse bloco com 90m². Um pilar muito importante da Casa é a recuperação da autoestima feminina que muitas vezes é perdida ou esquecida quando a vítima vivencia esse processo de violência, por isso, foi pensado na criação de um salão de beleza e um acervo de roupas, que será abastecido através de doações da população.

Também conta com uma oficina de computação, área que conta com a flexibilidade de promover cursos profissionalizantes, que auxiliará na promoção da autonomia financeira dessas mulheres. Por último, uma oficina infantil dedicada a auxiliar nos cuidados dos dependentes dessas mulheres enquanto elas estão nas suas atividades na oficina de computação.

Os caminhos são feitos por um corredor com uma estrutura de pergolados cobertos com uma película de policarbonato que protege o acesso tanto em dias chuvosos ou ensolarados.

Seguindo esse fluxo dá-se acesso à praça de alimentação (Figura 28). Esse setor é equipado com uma estrutura necessária para atender todos os usuários do abrigo. Conta com uma praça de alimentação com bancadas de alimentação coletivas (100 lugares). A cozinha conta com uma área de 50m², equipada com bancadas de

pré-preparo, cocção e finalização, também com ambientes dedicados para armazenamento de alimentos, despensa e câmara frigorífica. Também conta com uma despensa suja, necessário para fazer higienização dos produtos que serão recebidos. Após a cozinha, a copa suja, onde se dá o fluxo das louças que são utilizadas, entre esse fluxo de higienização e armazenamento dos alimentos e mantimentos. Esse setor conta com banheiros dedicados para as funcionárias.

Figura 25: Planta baixa do refeitório



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

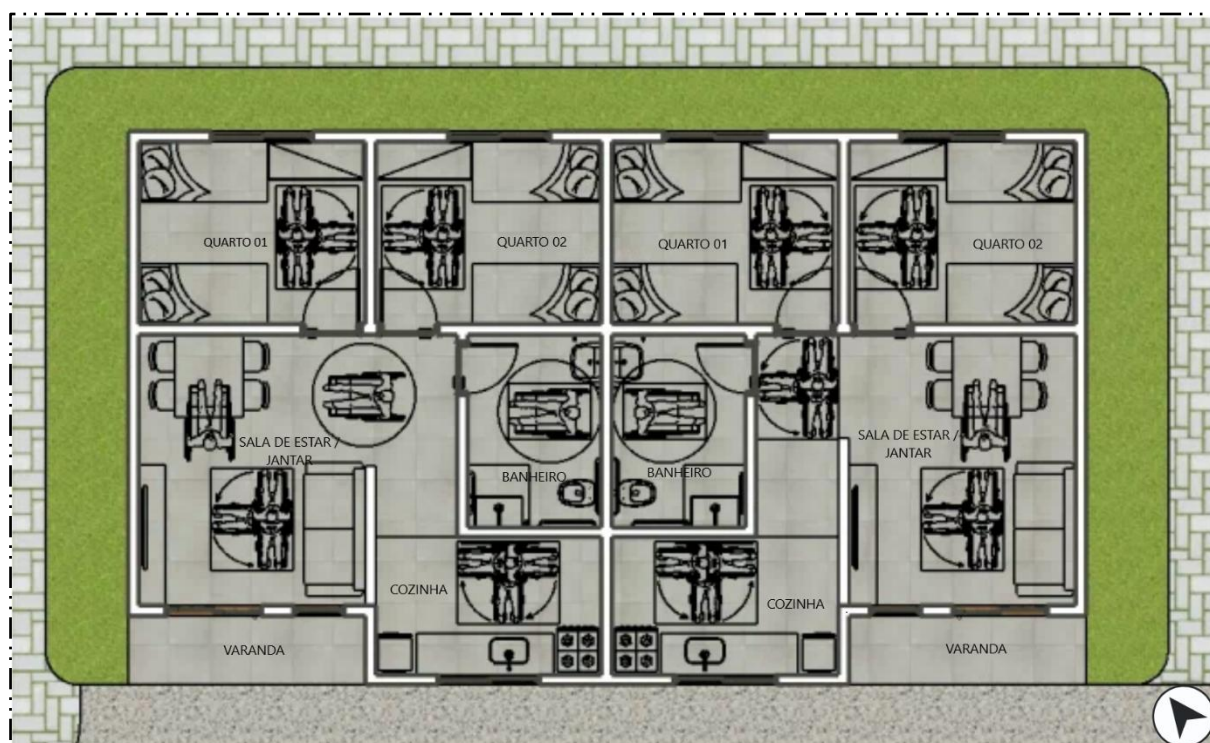
Além da área de cozinha, o bloco do refeitório também é equipado com banheiros masculino, feminino e PcD, um depósito para armazenamento de materiais de limpeza e equipamentos que necessitem de reparo, localizado estrategicamente perto da área de carga e descarga. A lavanderia coletiva é um espaço também pensado nas mulheres que ali residem, que além de um serviço possa ser também uma área de convivência.

Em seguida, após os blocos de oficinas e refeitório, há uma área de recreação e convivência, conta com uma quadra poliesportiva direcionada nos sentidos norte-sul para melhor utilização do espaço. Também conta com um parquinho para crianças, ambos os espaços dispõem de bancos e caramanchões para sombreamento.

Finalizados esses setores que formam as áreas coletivas, parte-se para os blocos de convivência privada que são compostos por apartamentos individuais. A distribuição foi feita de maneira que em cada bloco fosse bem aproveitado a ventilação e iluminação natural.

Na disposição do terreno encontra-se primeiro o bloco de apartamentos para PcDs (Figura 29), com cerca de 56m² por unidade. O apartamento conta com uma varanda na entrada, uma sala de estar e jantar, cozinha equipada e com circulação livre para a pessoa PcD, banheiro também equipado e dois quartos com duas camas em cada um e guarda-roupa.

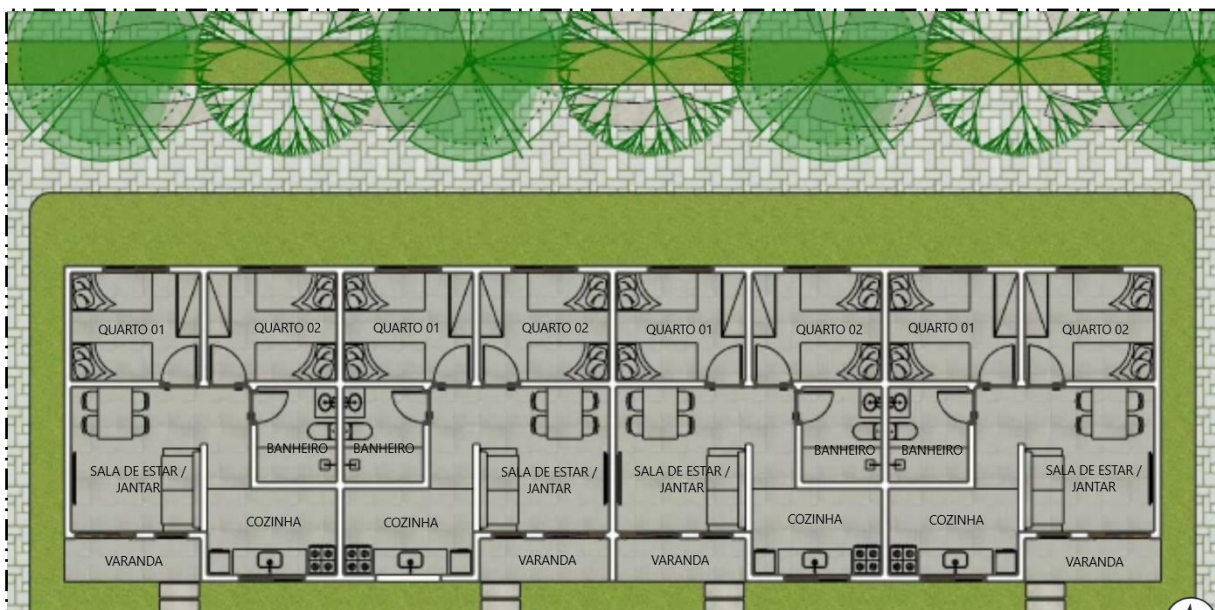
Figura 26: Planta baixa da unidade habitacional PCD



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Logo após estão os outros blocos de habitação (Figura 30), totalizando oito blocos, sendo alocados de maneira interseccionada. Cada bloco conta com quatro apartamentos individuais equipados com varanda, sala de estar e jantar, banheiro e dois quartos com duas beliches e guarda-roupa em cada.

Figura 27: Planta baixa da unidade habitacional.



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Figura 28: Perspectiva da Casa Abrigo Renascer



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 29: Planta Baixa Humanizada da Casa Abrigo



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do anteprojeto apresentado norteia-se a partir de diretrizes já existentes de centros de acolhimento e casas abrigo. A partir do estudo dessas diretrizes e com o levantamento do público alvo da proposta concluiu-se a necessidade de um local que atue no apoio e as vítimas das consequências diretas e indiretas da violência doméstica contra a mulher.

Dessa forma, a concepção de uma casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica guia-se a partir de ideias de independência e autonomia, estimulando o desenvolvimento pessoal e saúde emocional de forma que promovam um ambiente seguro, trabalhando em conjunto com a rede de apoio estadual e municipal, como a Delegacia e Hospital da Mulher. Com isso, a arquitetura se apresenta como uma aliada utilizando de um espaço de acolhimento e abrigo.

Retirar a mulher do seu convívio social acaba muitas vezes penalizando a vítima ao limitar sua liberdade, removendo-a do seu lar, por isso, a proposta arquitetônica busca utilizar os ambientes de uma maneira mais próxima à realidade da maioria dos usuários, abrigando-as em apartamentos individuais para manter sua privacidade com suas famílias. E é importante que todas elas possam passar por esse processo de maneira leve e acolhedora.

É importante enxergar o papel das Casas Abrigo como um suporte emergencial, a fim de promover, mesmo que temporariamente um local seguro à vítima e seus dependentes, longe do seu agressor. Sendo essa, uma das medidas de emergência para proteção e acolhimento para mulheres enquanto as mesmas esperam uma resposta da justiça para seu agressor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Jaernevey de; LUZ, Ana Paula Ferreira. **Casa-Abrigo Para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar em Juiz de Fora-MG**. 2020.

ARCHDAILY. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica** / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects, 2018. Disponível em: [. Acesso em 21 de maio de 2024.](#)

ARCHDAILY. **Refugio para Mujeres Víctimas de la Violencia** / ORIGEN 19941'53" N | ArchDaily em Español, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19041-53-n>. Acesso em 21 de maio de 2024.

BORGES, Samara; SGARBOSSA, Gabriela Kratsch. **Centro De Apoio E Moradia Temporária: Arquitetura Como Forma De Acolhimento E Proteção Para Mulheres Em Situação De Vulnerabilidade Em Irati-Pr**. Revista TechnoEng-ISSN 2178-3586, v. 1, p. 39-51, 2022.

Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011.

FREIRE, Nilcéa. **Apoio a casas abrigo e centros de referência**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC0047-3->

GOMES, Paula Fatima Modanez et al. **Arquitetura Institucional: Centro de Apoio e Suporte para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Taubaté-SP**. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatísticas, **Censo Demográfico**, 2010.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatísticas, **Censo Demográfico**, 2010.

Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coibi a violência domestica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

Lei do Feminicídio. Lei n. 13.104. Presidência da República, 2015. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais – N.2 (2018). Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência. Brasília, 2018.

LEITE, Anne Nathalia Miranda; PERNAMBUCO, Mônica. **Arquitetura como apoio a mulheres vítimas de violência doméstica**. Revista Científica Multidisciplinar do CEAP, v. 4, n. 2, 2022.

Mapa da violência contra a mulher em Alagoas, 2021. Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas. Governo do Estado de Alagoas, 2022.

MOREIRA, Roberta Caetano. **Casa da Mulher Centro de Referência e Apoio a Mulher na Cidade de João Monlevade**. 2021.

Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, Brasília, 2010.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2005.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011

RAVANE, Elba. **Casa-abrigo Para As Mulheres Em Situação De Violência Doméstica Em Pernambuco: Sob A Ótica Das Mulheres Pós Abridadas.** Recife, 2015. Disponível em:
<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15003/1/RAVANE%2c%20ELBA%20-%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20COMPLETA.pdf>

SALAZAR, Luis Filipe Pereira. **Casas de abrigo: Importância das Casas de Abrigo.** Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2022.

SANTOS SILVA, Milena Aparecida; CHIARELLI, Silvia Raquel. **Centro de Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Mogi Guaçu-SP.** Revista Faculdades do Saber, v. 7, n. 15, p. 1603-1627, 2022.

SOUZA, Naiara Vivian Elias. **Mulheres em situação de violência: a importância da arquitetura em centros de apoio e referência.** Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2020.

Treze anos após Lei Maria da Penha, só 2,4% das cidades têm casas-abrigo para mulheres. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/treze-anos-apos-lei-maria-da-penha-so-24-das-cidades-tem-casas-abrigo-para-mulheres-23972179>

UN WOMEN - **Virtual Knowledge Centre to End Violence against Women and Girls.** Disponível em: <https://www.endvawnow.org/en/articles/1369-forms-of-shelter-and-alternative-accommodation-.html>. Tradução livre. Acesso em 11 de junho de 2022.

APÊNDICE A

Maquete Eletrônica.

Entrada



Recepção



Pátio Principal



Pátio Principal



Pátio Principal



Corredor de Acesso a Casa



Refeitório



Parquinho



Quadra Poliesportiva



Área de Convivência



Unidade Habitacional para PCDs



Unidade Habitacional



Corredor das Unidades Habitacionais

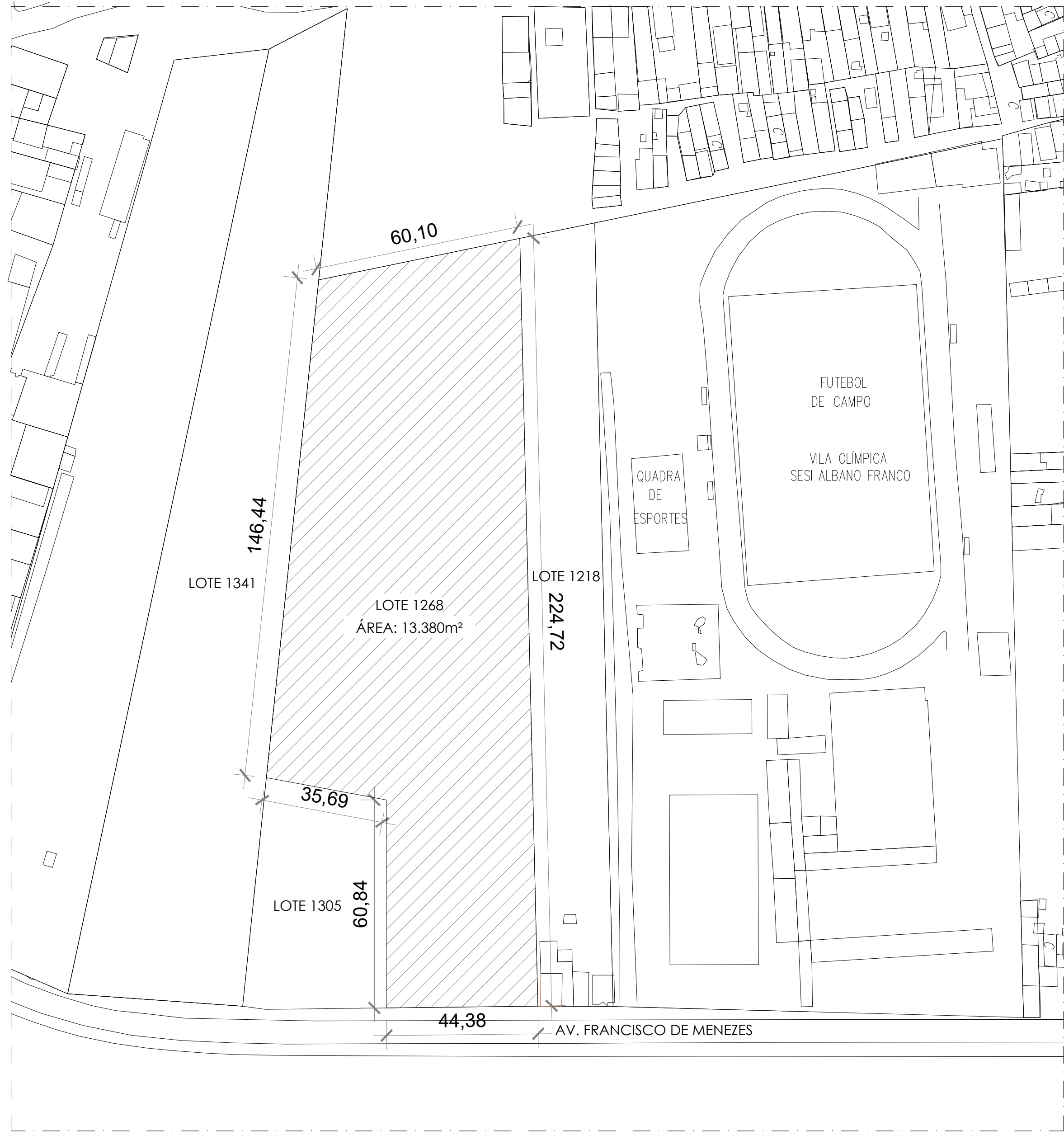


Corredor de Acesso das Unidades Habitacionais

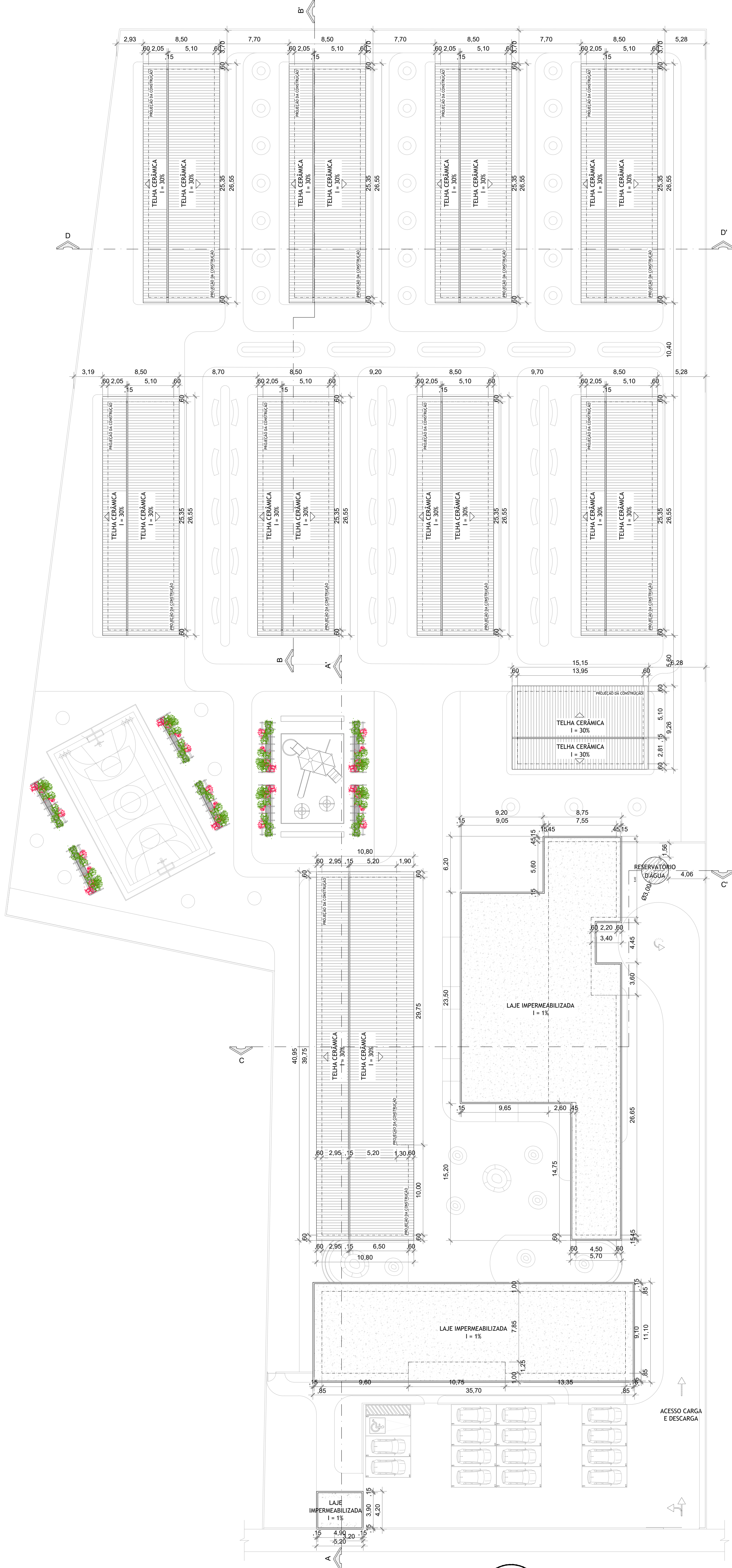


APÊNDICE B

Anteprojeto Arquitetônico.



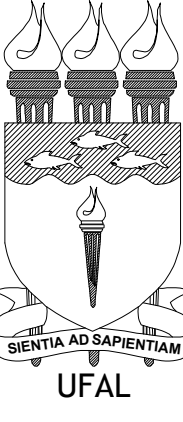
PLANTA DE LOCAÇÃO
ESC.: 1/1000



PLANTA DE COBERTA
ESC.: 1/250



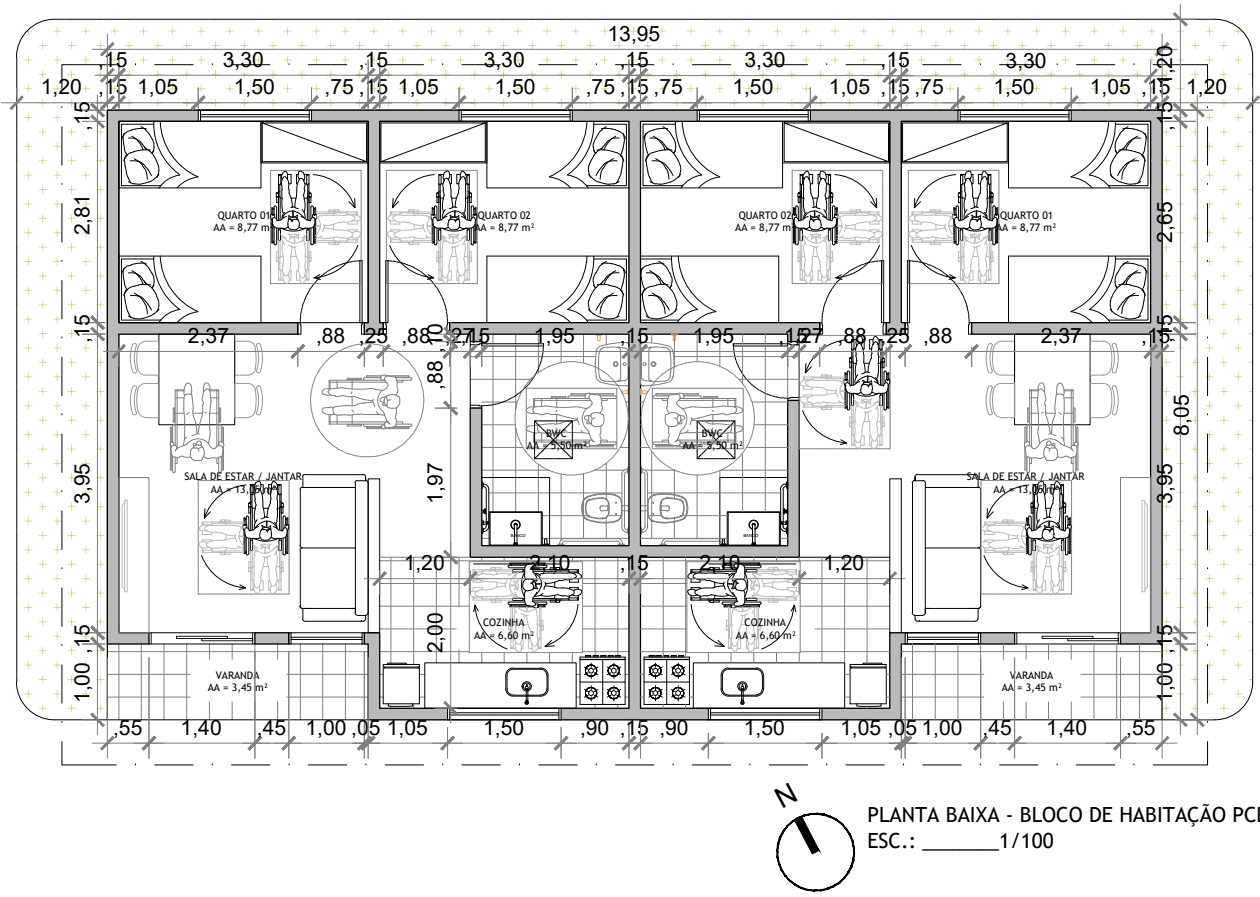
PLANTA BAIXA IMPLANTAÇÃO
ESC.: 1/250

 QUADRO DE ÁREAS	PROJETO: CASA ABRIGO RENASCER
	PROJETO ARQUITETÔNICO: MILLENA SILVA LIMA
	DISCIPLINA: Trabalho Final de Graduação (TFG)
	TIPO: USO DE SERVIÇOS
	CONTEÚDO: PLANTA DE SITUAÇÃO, PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA
	ENFERMAGEM Av. Francisco de Menezes, 1087, Levada, Maceió - AL.
	DESENHO: MILLENA SILVA LIMA
	ESCALA: INDICADA
	DATA: NOVEMBRO/2024
	PRIMEIRA

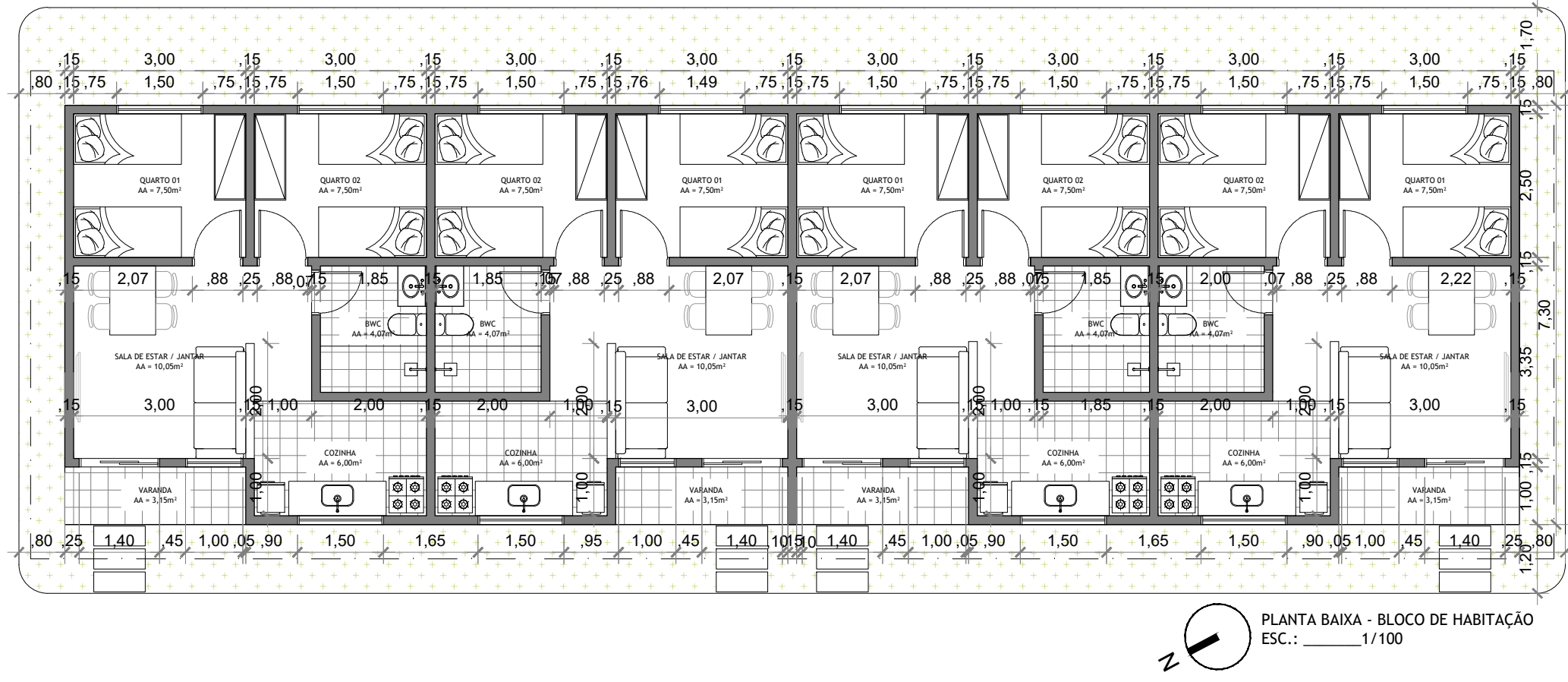


LEGENDA PAGINAÇÃO	
	AREIA
	PISO GRANELITE
	PISO CERÂMICO
	INTERTRAVADO
	GRAMA

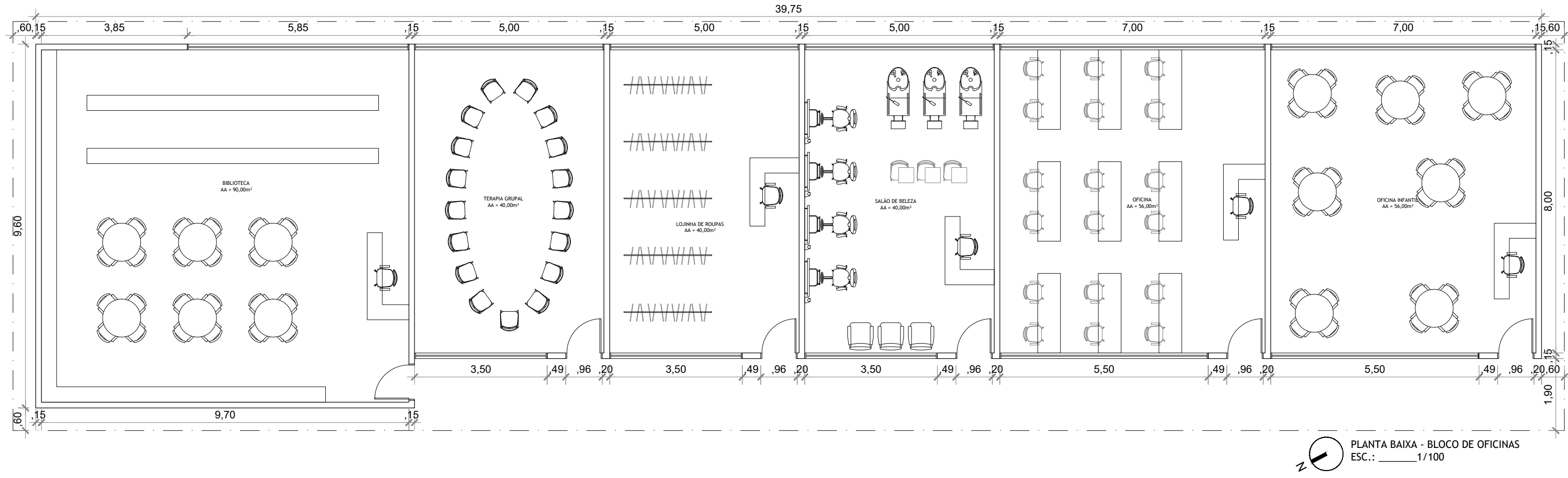
PLANTA DE LAYOUT
ESC.: 1/250



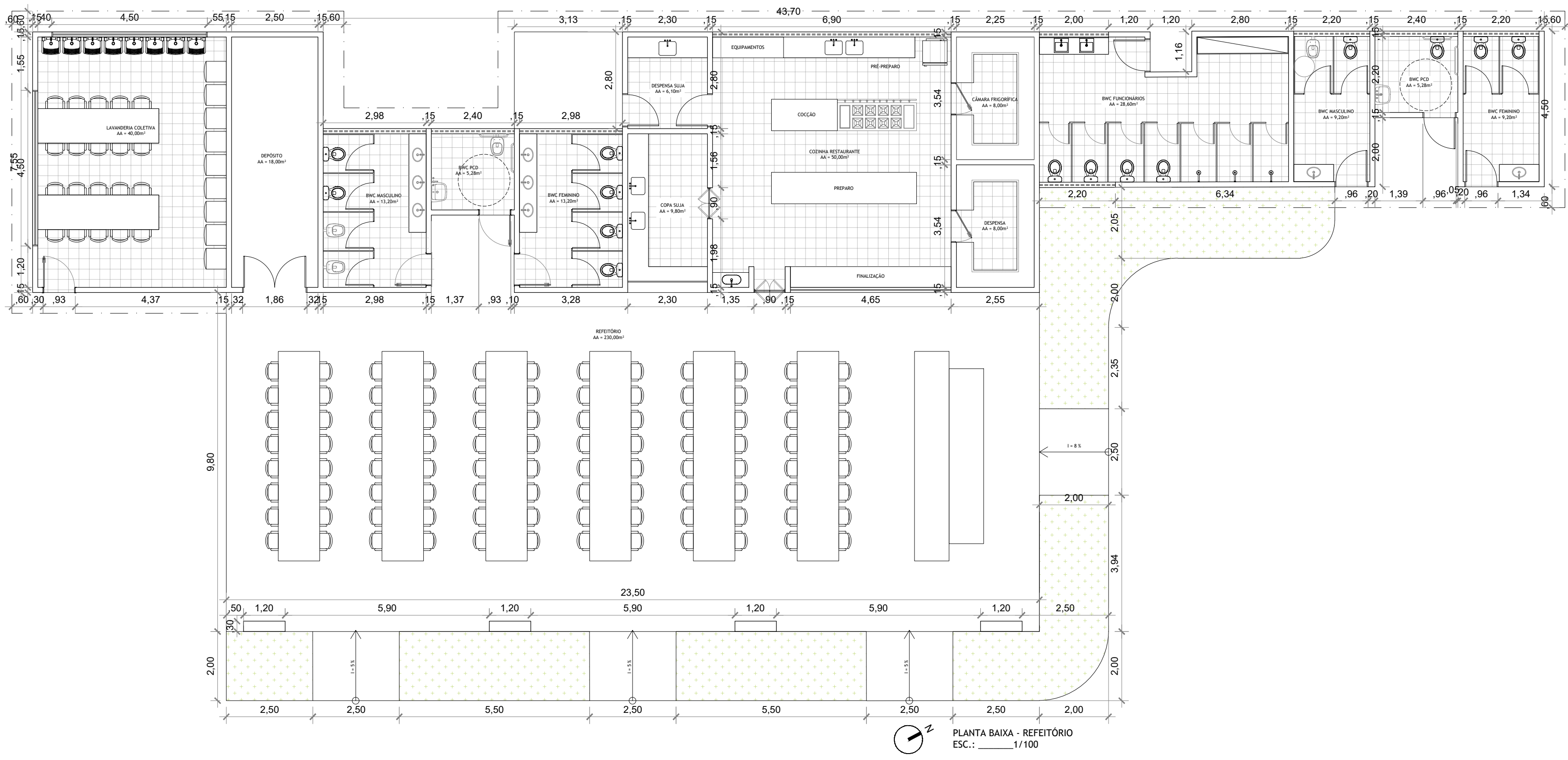
PLANTA BAIXA - BLOCO DE HABITAÇÃO PCD
ESC.: 1/100



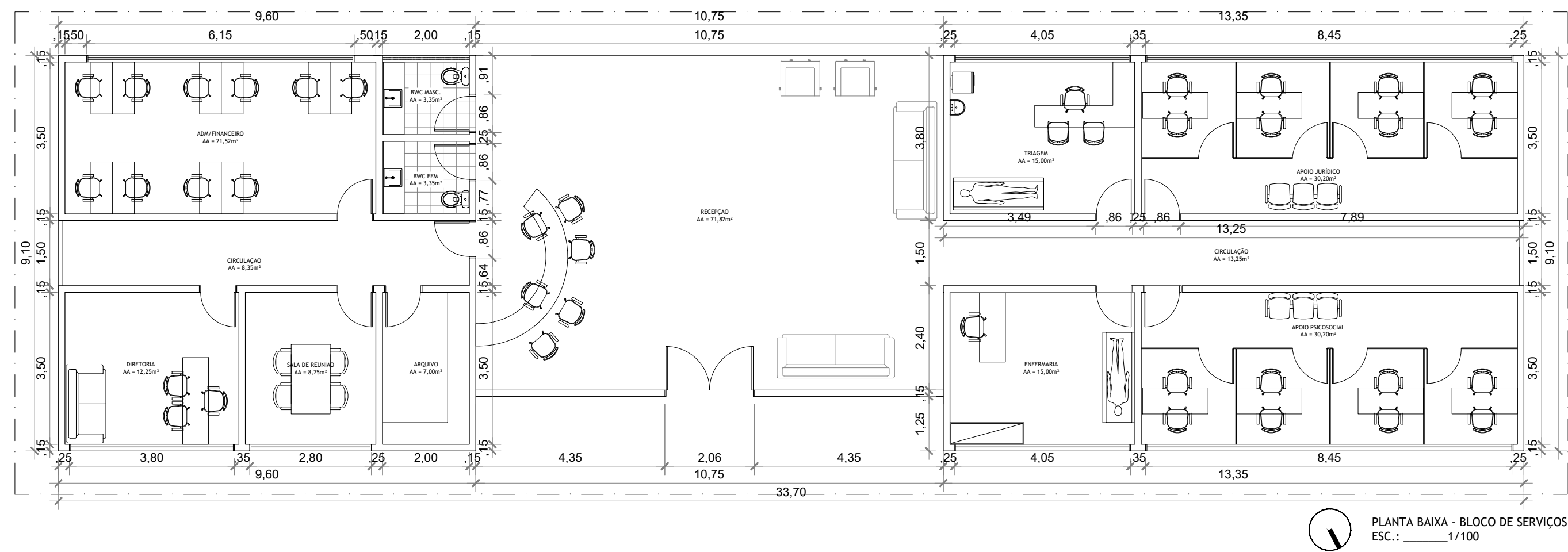
PLANTA BAIXA - BLOCO DE HABITAÇÃO
ESC.: 1/100



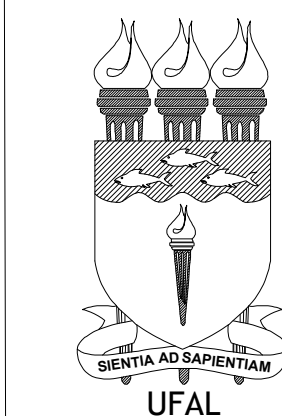
PLANTA BAIXA - BLOCO DE OFICINAS
ESC.: 1/100



PLANTA BAIXA - REFEITÓRIO
ESC.: 1/100



PLANTA BAIXA - BLOCO DE SERVIÇOS
ESC.: 1/100



QUADRO DE ÁREAS

PROJETO:
CASA ABRIGO RENAScer

PROJETO ARQUITETÔNICO:
MILLENA SILVA LIMA

Disciplina: UFAL, Arquitetura e Urbanismo - Matrícula: 14211550

DISCIPLINA:
Trabalho Final de Graduação (TFG)

TIPO:
USO DE SERVIÇOS

CONTEÚDO:
PLANTA DE LAYOUT
PLANTAS BAIXAS DE CADA BLOCO

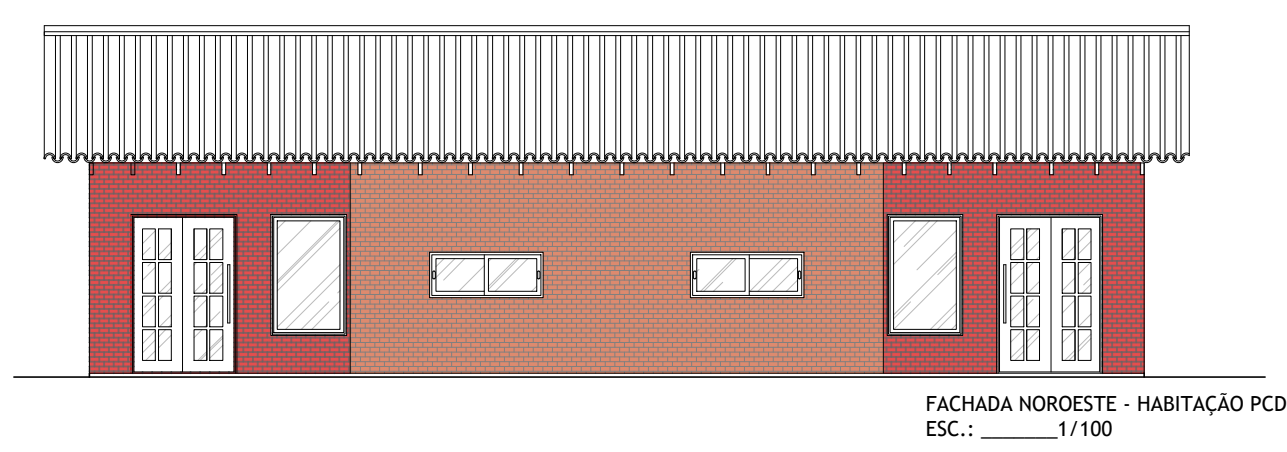
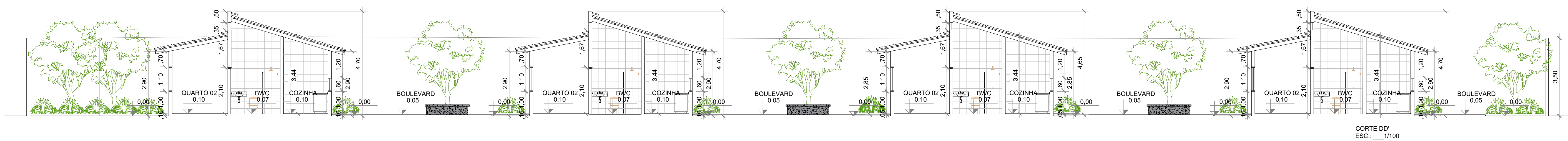
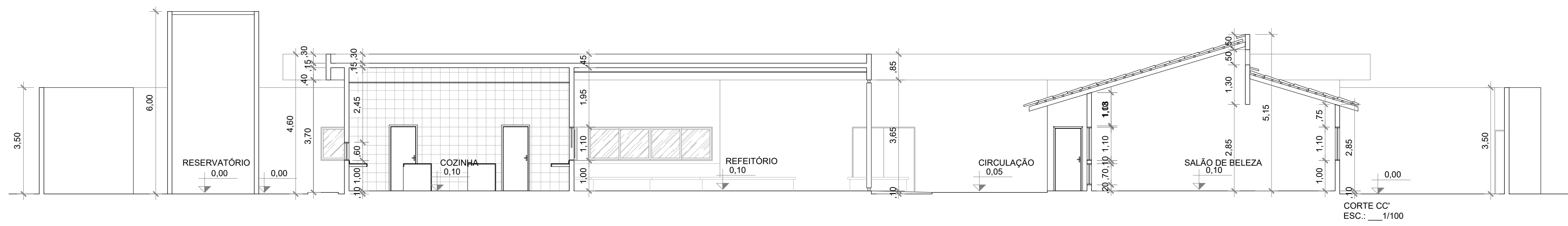
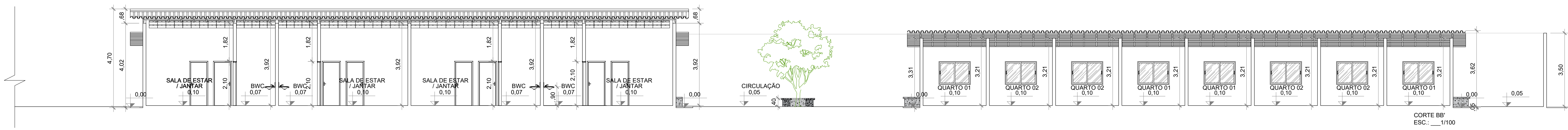
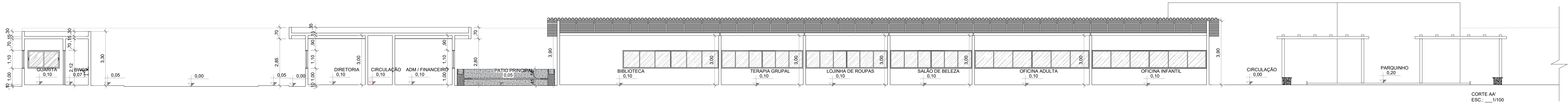
ESCALA:
INDICADA

ENDEREÇO: Av. Francisco de Menezes, 1087,
Levada, Maceió - AL.

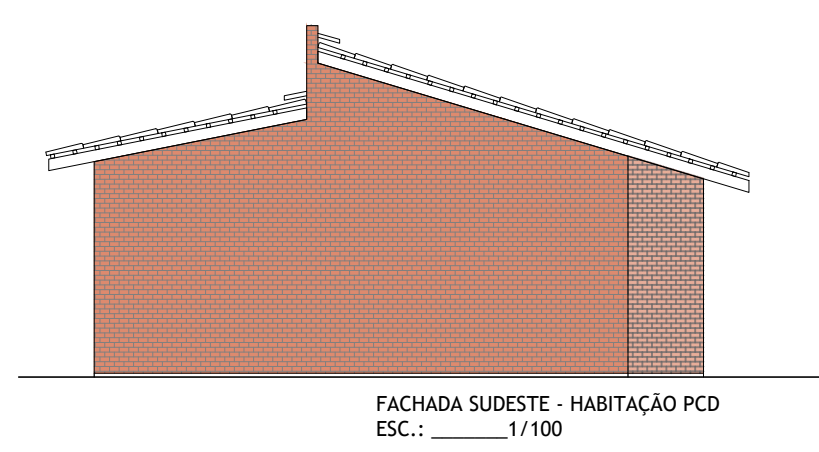
DESENHO:
MILLENA SILVA LIMA

DATA:
NOVEMBRO/2024

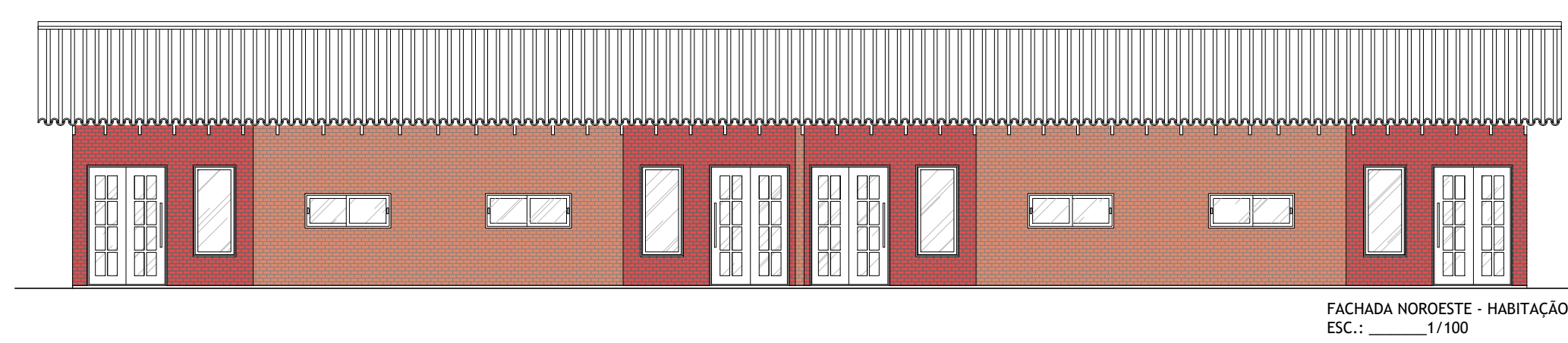
PRIMEIRA



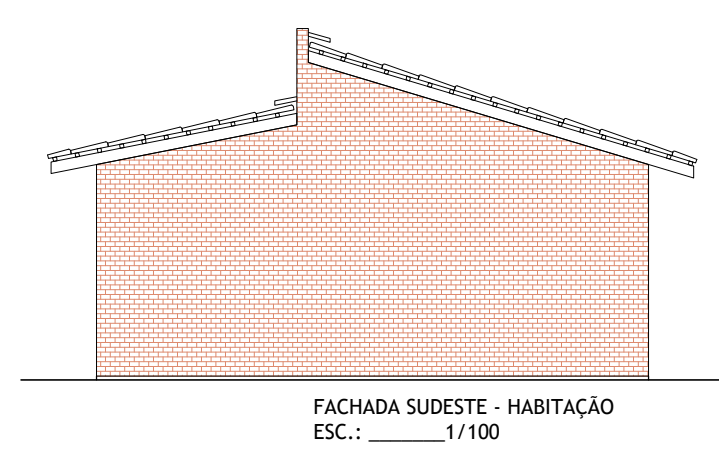
FACHADA NOROESTE - HABITAÇÃO PCO
ESC.: 1/100



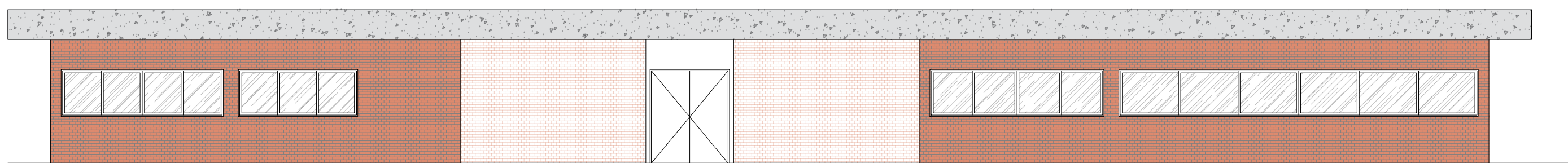
FACHADA SUDESTE - HABITAÇÃO PCO
ESC.: 1/100



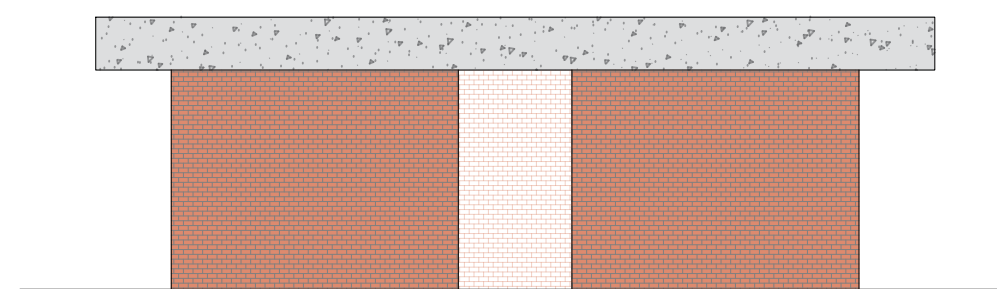
FACHADA NOROESTE - HABITAÇÃO
ESC.: 1/100



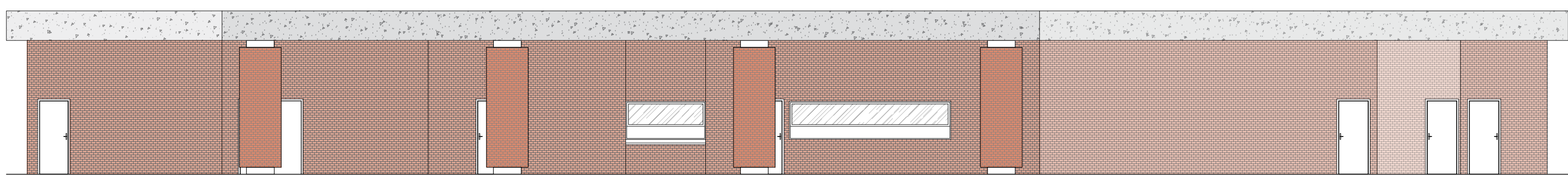
FACHADA SUDESTE - HABITAÇÃO
ESC.: 1/100



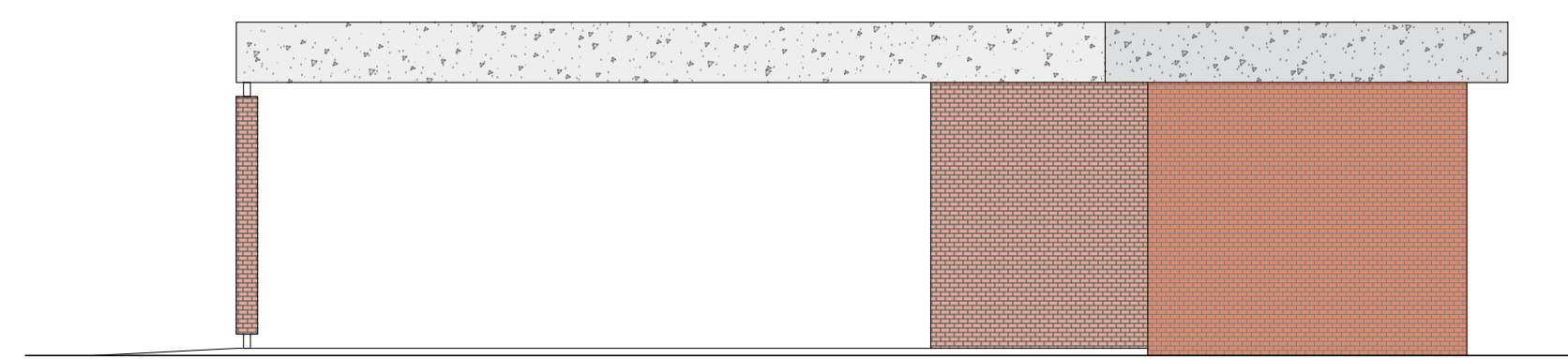
FACHADA NOROESTE - SERVIÇOS
ESC.: 1/100



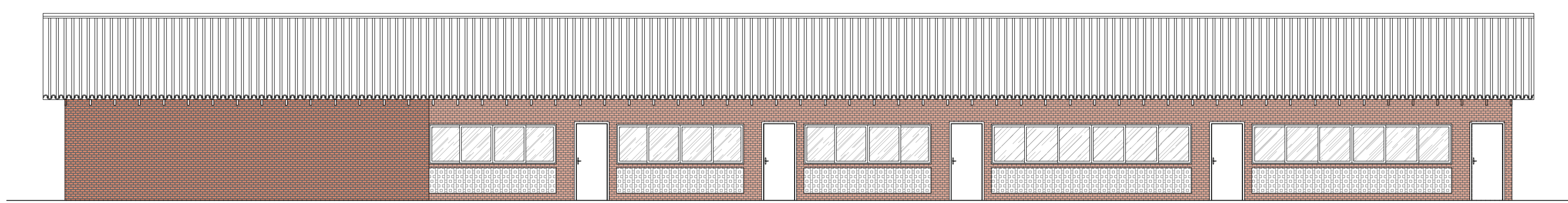
FACHADA NOROESTE - SERVIÇOS
ESC.: 1/100



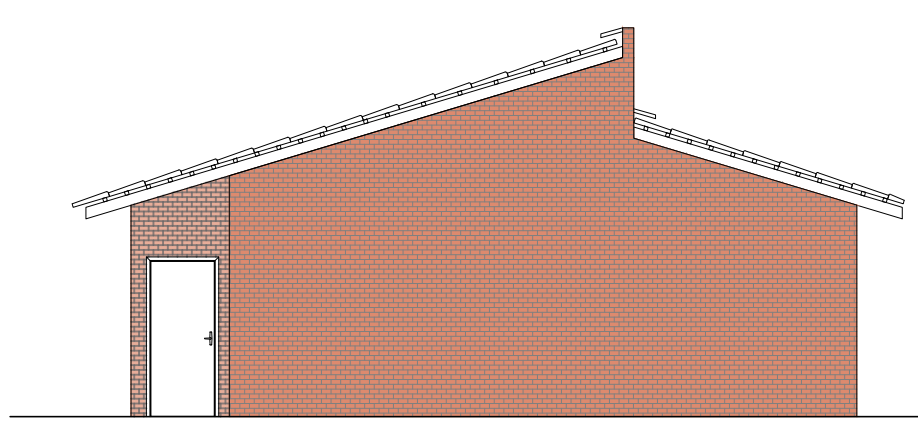
FACHADA SUDESTE - REFETÓRIO
ESC.: 1/100



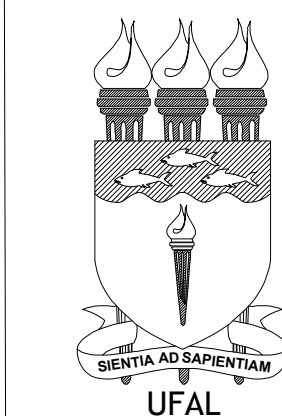
FACHADA NOROESTE - REFETÓRIO
ESC.: 1/100



FACHADA NOROESTE - OFICINAS
ESC.: 1/100



FACHADA SUDESTE - OFICINAS
ESC.: 1/100



PROJETO: CASA ABRIGO RENASCER	
PROJETO ARQUITETÔNICO: MILLENA SILVA LIMA	
DISCIPLINA: Trabalho Final de Graduação (TFG)	
TIPO: USO DE SERVIÇOS	ENDEREÇO: Av. Francisco de Menezes, 1087, Levada, Maceió - AL.
CONTEÚDO: CORTE AA', CORTE BB', CORTE CC' E FACHADAS	DESENHO: MILLENA SILVA LIMA
ESCALA: INDICADA	DATA: NOVEMBRO/2024
QUADRO DE ÁREAS:	PRIMEIRA